

**BOLETIM MENSAL**  
**DE**  
**ACTIVIDADE ECONÓMICA**

*Setembro de 2006*

**Índice**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>1</b>
<b>SELECÇÃO DE INDICADORES</b>	<b>2</b>
<b>1. Conjuntura internacional</b>	<b>3</b>
<b>2. Conjuntura Nacional</b>	<b>7</b>
<b>3. Dinâmica sectorial</b>	<b>13</b>
<b>4. Competitividade</b>	<b>20</b>
<b>5. Agenda</b>	<b>25</b>

**ANEXO ESTATÍSTICO**



## SUMÁRIO DE CONJUNTURA

Setembro de 2006

• Os principais riscos para o crescimento económico global prendem-se com os grandes desequilíbrios verificados nas contas externas de vários países, com a existência de mercados imobiliários sobreaquecidos e com a instabilidade no mercado petrolífero. No que se refere à **Zona Euro**, o crescimento económico para 2006 foi também revisto em alta por várias instituições internacionais.

• Em Setembro, a cotação média do **crude** (Brent) desceu significativamente em relação ao mês anterior, tendo atingido o valor mínimo dos últimos 6 meses.

• Os indicadores disponíveis para o 3º trimestre de 2006, apontam para a **continuação de uma recuperação** da Economia Portuguesa **apoiada na Procura Externa**. O contributo da procura interna deverá também ser positivo, em resultado de uma melhoria significativa do **Consumo Privado**. Quanto ao **Investimento**, os indicadores referentes a Julho mantiveram-se, em geral, negativos. Embora alguns indicadores apontem para melhorias em Agosto, não é ainda possível concluir acerca de uma retoma do Investimento já no 3º trimestre. Os dados preliminares sobre as importações de Julho sugerem uma subida significativa face ao 2º trimestre de 2006, corroborando o cenário de recuperação da Procura Interna.

• Regista-se uma melhoria generalizada do clima de confiança, extensível a praticamente todos os sectores, acompanhado por um aumento efectivo de transacções, nomeadamente na indústria e nos serviços. A **Indústria** apresenta sinais de aceleração de actividade no terceiro trimestre de 2006, com destaque para o aumento considerável da procura oriunda do mercado externo.

• O sector da **Construção** revela sinais ambíguos quanto à evolução dos níveis de produção, mas apresenta melhorias a nível da apreciação da actividade e do clima de confiança dos agentes económicos.

• No sector do **Comércio**, é patente uma melhoria das perspectivas da actividade futura e da envolvente do clima de negócios, através do desagramento dos níveis de confiança, em particular no comércio por grosso, da melhoria do volume de negócios no comércio a retalho e das expectativas do volume de vendas no comércio por grosso. No sector dos **Serviços**, transparecem os primeiros sinais de recuperação, através de um crescimento positivo do volume de negócios, suportado por expectativas de vendas mais favoráveis e por uma melhoria geral do ambiente económico, que se tem traduzido na elevação dos níveis de confiança do sector.

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última actualização	Unidade	2005			2006			2006						
				II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Indicador de Actividade Económica	INE	19-09-2006	M3M	1,3	0,8	1,3	1,1	0,4		1,1	1,0	0,8	0,4	0,4		
Indicador Coincidente	BP	22-09-2006	VH	0,5	0,2	0,2	0,4	0,7		0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	
Indicador de Clima Económico	INE	03-10-2006	SRE/M3M	-0,3	-0,8	-0,5	-0,6	0,0	0,5	-0,6	-0,4	-0,5	0,0	0,2	0,5	0,5
Indicador Composto Avançado	OCDE	06-10-2006	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	2,8	3,2	3,9	4,9	5,3	5,5	
Indicador de FBCF	INE	19-09-2006	M3M	-3,9	-3,1	-3,0	-2,7	-5,6		-2,7	-2,0	-3,2	-5,6	-6,7		
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	03-10-2006	VE/M3M	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-36,2	-31,9	-37,8	-36,1	-35,8	-36,2	-35,8	-34,0	-31,9
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	03-10-2006	VE/M3M	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-9,2	-5,7	-9,6	-10,0	-10,1	-9,2	-7,6	-6,9	-5,7
Indicador de Confiança na Construção	INE	03-10-2006	VE/M3M	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-47,7	-47,7	-46,0	-45,8	-46,7	-47,7	-48,2	-47,8	-47,7
Indicador de Confiança no Comércio	INE	03-10-2006	VE/M3M	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-9,5	-6,8	-8,3	-8,1	-10,2	-9,5	-9,7	-7,8	-6,8
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	03-10-2006	VCS/M3M	-2,7	-2,8	-0,4	-2,8	1,2	4,4	-2,8	-3,4	-3,4	1,2	4,8	4,8	4,4
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	03-10-2006	VH, M3M	1,9	1,2	1,1	6,1	5,5		6,1	3,7	7,8	5,5	8,9	7,6	
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	28-09-2006	VH, M3M	3,7	0,4	1,4	1,4	0,2		1,4	1,2	1,7	0,2	2,3	2,7	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	11-09-2006	VH, M3M	1,2	-0,7	-0,8	-0,8	-0,7		-0,8	-2,6	0,5	-0,7	2,3		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	02-10-2006	VH/VCS	-0,3	0,8	2,2	1,3	2,1		5,8	-2,5	7,1	1,8	1,5	4,3	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	02-10-2006	VH/VCS	-2,4	-1,1	1,2	1,8	1,3		6,3	-5,4	6,6	2,9	1,1	3,5	
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	14-09-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,3	2,4	2,5	2,7	2,7	2,6	
Preços Consumidor (IHPC) (zona Euro)	Eurostat	15-09-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	
Balança Bens e Serviços	BP	21-09-2006	VH	4,7	6,3	3,9	9,0	4,3		10,6	-2,5	10,2	5,2	8,6		
Importações: Bens	BP	21-09-2006	VH	6,0	2,5	1,6	17,3	8,5		19,5	4,0	14,6	7,1	17,1		
Importações: Serviços	BP	21-09-2006	VH	0,7	5,0	3,9	11,2	11,6		20,7	-1,1	20,4	15,4	9,7		
Exportações: Bens	BP	21-09-2006	VH	-5,0	5,0	6,5	19,2	18,7		20,3	19,3	21,3	15,6	20,9		
Exportações: Serviços	BP	21-09-2006	VH													

Nota: ➤ Indica que houve alteração nos últimos oito dias.

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Actualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2004		2005				2006	
										III TR 04	IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06
PIBpm	INE	08-09-2006	Milhões euros	129 309	135 434	137 523	143 029	147 378		35 892	36 280	36 223	36 760	36 929	37 466	37 483	38 122
PIBpm	INE	08-09-2006	Milhões dólares	115 797	128 017	155 578	177 853	183 373		43 860	47 030	47 494	46 314	45 035	44 531	45 055	47 895
PIBpm	INE	08-09-2006	VH Real	2,0	0,8	-1,1	1,2	0,4		1,0	0,7	-0,1	0,4	0,3	1,0	1,1	0,9
PIBpm (Zona Euro)	Eurostat	01-09-2006	VH Real	1,9	0,9	0,8	1,7	1,5		1,9	1,6	1,2	1,1	1,7	1,8	1,9	2,6
Consumo Privado	INE	08-09-2006	VH Real	1,3	1,3	0,1	2,4	2,0		2,4	2,5	2,8	3,0	1,2	1,1	0,7	0,1
Consumo Público	INE	08-09-2006	VH Real	3,3	2,6	0,3	2,5	1,8		2,9	3,0	2,7	2,2	1,5	0,8	0,2	-0,3
Investimento (FBCF)	INE	08-09-2006	VH Real	1,0	-3,5	-10,0	0,9	-2,9		0,8	0,7	-2,0	-1,8	-4,6	-3,3	-1,8	-5,4
FBCF sem construção	INE	08-09-2006	VH Real	-1,5	-3,7	-7,9	3,4	-1,1		2,6	4,1	-0,4	0,2	-2,1	-2,1	-0,5	-2,0
Exportações Bens e Serviços	INE	08-09-2006	Milhões euros	37 361	37 880	38 564	40 787	42 109		10 170	10 242	10 152	10 403	10 722	10 832	11 453	11 796
Exportações Bens e Serviços	INE	08-09-2006	Milhões dólares	33 463	35 811	43 609	50 707	52 368		12 428	13 277	13 311	13 106	13 076	12 875	13 766	14 821
Exportações Bens e Serviços	INE	08-09-2006	VH Real	1,8	1,5	3,7	4,5	0,9		2,8	2,2	-1,4	0,1	2,4	2,6	8,5	7,6
Importações Bens e Serviços	INE	08-09-2006	VH Real	0,9	-0,7	-0,4	6,8	1,8		6,0	6,4	4,3	3,0	0,7	-0,8	3,5	-0,3
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BPINE	21-09-2006	% PIB	-9,8	-7,8	-5,9	-7,3	-9,3		-6,6	-7,3	-9,6	-10,0	-9,0	-9,3	-9,9	-9,4
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BPINE	21-09-2006	% PIB	31,6	31,4	35,8	36,2	37,1		39,9	36,2	36,8	36,9	37,2	37,1	37,8	38,2
Saldo Primário / PIB pm - Subsector Estado (fim de período)	DSOINE	08-09-2006	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,9	-3,5		-2,4	-3,9	-1,9	-1,2	-3,0	-3,5	-2,1	-1,4
Saldo total - SPA (excl. efeitos das medidas temporárias)	DSOINE	21-07-2006	% PIB	-4,3	-4,2	-5,3	-5,3	-6,0									
Índice do Custo de Trabalho (1) - Zona Euro	Eurostat	14-09-2006	VH	3,9	3,5	3,1	2,3	2,2		2,4	2,1	2,8	2,3	1,8	2,0	2,2	2,4
(encargos nominais/ hora) - Portugal	Eurostat	14-09-2006	VH	5,4	5,4	2,4	3,3	2,0		3,9	2,5	2,1	2,7	2,9	0,5	3,9	2,1
Emprego Total	INE	18-08-2006	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123		5 126	5 134	5 094	5 132	5 130	5 134	5 127	5 181
População desempregada	INE	18-08-2006	Milhar	1,8	0,5	-0,4	0,1	0,0		-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6	1,0
Taxa de desemprego - Portugal	INE	18-08-2006	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6		6,8	7,1	7,5	7,2	7,7	8,0	7,7	7,3
Norte	INE	18-08-2006	(%)			6,8	7,7	8,8		8,3	8,0	8,7	8,7	8,8	9,0	8,9	8,4
Centro	INE	18-08-2006	(%)			3,6	4,3	5,2		4,3	4,8	4,9	4,5	5,4	6,0	5,5	5,1
Lisboa	INE	18-08-2006	(%)			8,1	7,6	8,6		7,5	8,1	8,4	8,0	9,0	9,0	8,5	8,1
Alentejo	INE	18-08-2006	(%)			8,2	8,8	9,1		9,1	9,4	9,3	8,5	9,4	9,4	9,8	8,9
Algarve	INE	18-08-2006	(%)			6,1	5,5	6,2		5,0	5,7	7,3	6,3	5,3	5,9	5,9	5,0
R.A. Açores	INE	18-08-2006	(%)			2,9	3,4	4,1		3,8	3,0	3,4	4,3	4,2	4,4	4,2	3,8
R.A. Madeira	INE	18-08-2006	(%)			3,4	3,0	4,5		3,0	3,5	4,8	3,9	4,4	5,1	4,6	5,0
VAB - Total preços constantes	INE	08-09-2006	Milhões euros	109 133	109 954	109 173	110 504	110 366	estrutura 2005 (%)	1,2	0,7	0,0	-0,1	-0,4	0,0	1,0	0,4
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	08-09-2006	VH Real	-3,2	2,4	-3,1	0,8	-7,9	3,3	1,3	-1,8	-7,1	-9,4	-9,1	-5,8	0,9	5,3
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	08-09-2006	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,9	-1,1	19,5	0,5	-1,3	-2,5	-1,3	-1,2	0,5	2,0	-0,3
Construção	INE	08-09-2006	VH Real	2,8	-4,0	-12,7	-1,3	-4,0	6,0	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0	-2,4	-8,0
Comércio, Restauração e Hotéis	INE	08-09-2006	VH Real	0,8	-1,1	-2,6	1,7	1,8	17,0	1,9	3,0	2,4	2,1	1,5	1,3	0,6	1,5
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	08-09-2006	VH Real	3,6	2,5	1,4	1,5	0,6	54,3	1,4	1,2	0,9	0,6	0,6	0,3	1,2	1,0

(1) Índice de custo do trabalho, exclui a agricultura, a pesca, a silvicultura, a educação, a saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; só encargos do trabalho

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

Saídas de mercadorias - (peso no total e t.v.h)

	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Jun 06
UE-25	81,1	81,2	80,8	80,6	79,8	78,3
t.v.h.	1,0	1,9	2,1	6,1	1,5	4,9
Espanha	19,3	20,9	23,8	25,8	27,0	27,4
t.v.h.	2,2	10,3	16,5	15,4	7,1	11,4
Terceiros	18,9	18,8	19,2	19,4	20,2	21,7
t.v.h.	6,8	1,5	4,5	7,4	7,2	21,4

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Jun 06
	61,0	64,5	67,3	64,1	62,4	64,0

Taxas de variação homóloga em valor das saídas por agrupamentos de produtos

	Estr. 05	01/00	02/01	03/02	04/03	05/04	últimos 12m até Jun 06
Máquinas	18,7	-0,8	3,5	2,6	2,2	1,2	8,8
Material de Transporte	14,0	8,6	-2,9	4,9	6,1	-6,0	-5,0
Vestuário e Calçado	12,6	2,2	-4,8	-2,5	-4,6	-8,1	-3,2
Químicos	10,5	0,7	10,2	11,2	15,0	14,2	12,8
Madeira, Cortiça e Papel	9,1	-3,9	0,9	2,7	1,7	1,6	6,6
Minérios e Metais	9,0	-2,4	6,6	6,2	34,3	10,6	20,6
Agro-Alimentares	8,7	5,5	9,8	1,5	9,6	12,0	13,2
Outros	17,4	4,1	2,6	0,2	7,2	6,7	16,3
<b>Total da Saída</b>	<b>100,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,8</b>	<b>2,5</b>	<b>6,3</b>	<b>2,6</b>	<b>8,0</b>

## 1. Conjuntura Internacional

As várias instituições internacionais apontam para uma forte expansão da actividade económica mundial em 2006 e 2007, embora com ligeiro abrandamento em 2007 (*Quadro 1.1*). O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** (Setembro de 2006) elevou em 0,2 p.p. as suas previsões de crescimento para a Economia Mundial em 2006 e em 2007 (para 5,1% e 4,9%, respectivamente). As previsões sobre a actividade económica mundial acompanham as previsões para o comércio mundial de bens e serviços. O FMI estima uma aceleração do crescimento do **comércio mundial** de bens e serviços, em termos reais, de 7,4% em 2005 para 8,9% em 2006 e 7,6% em 2007 (*Quadro 1.2*).

De acordo com o FMI, entre os principais riscos para o crescimento económico global destacam-se os grandes desequilíbrios das contas externas de vários países, e a existência de mercados imobiliários sobreaquecidos, nomeadamente nos EUA, Reino Unido, Espanha e Irlanda. No caso dos EUA, uma correcção abrupta do desequilíbrio, com quebras significativas no mercado imobiliário, poderia conduzir a uma forte contracção do consumo, a um crescimento económico mais fraco e a uma depreciação acentuada do USD, com consequente perda de competitividade das exportações europeias.

Quadro 1.1  
Previsões de Crescimento da Economia Mundial  
Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2005			2006			2007		
	FMI Set-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06	FMI Set-06	OCDE Set-06	CE Set-06	FMI Set-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06
MUNDO	4.9	-	4.6	5.1	-	4.6*	4.9	-	4.3
OCDE	-	2.8	-	-	3.1*	-	-	2.9	-
ZONA EURO	1,3	1,4	1,3	2,4	2,7	2,5	2,0	2,1	1,8
ESPAÑA	3,4	3,4	3,4	3,4	3,3*	3,5	3,0	3,0	2,8
ALEMANHA	0,9	1,1	0,9	2,0	2,2	2,2	1,3	1,6	1,0
R. UNIDO	1,9	1,8	1,8	2,7	2,8	2,7	2,7	2,9	2,8
EUA	3,2	3,5	3,5	3,4	3,6	3,2*	2,9	3,1	2,7
CHINA	10,2	9,9	9,9	10,0	9,7	9,5*	10,0	9,5	9,0
JAPÃO	2,6	2,7	2,7	2,7	2,5	2,8*	2,1	2,2	2,4

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Setembro 2006; OCDE, Economic Outlook nº79, Maio 2006 e "Interim Assessment", Setembro 2006.  
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2006" e "Interim Forecast", Setembro 2006.  
\* Maio de 2006

Quadro 1.2  
Comércio Mundial

	2004			2005			2006			2007		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
<b>- Crescimento real do Comércio Mundial em %</b>												
<b>Mercadorias e serviços</b>												
Imp.+ Exp.de bens e serviços - Mundo	10.6	10.4	..	7.4	7.5	..	8.9	9.3	..	7.6	9.1	..
Imp. de bens e serviços *	9.1	8.8	11.3	6.0	6.0	7.1	7.5	6.8	8.5	6.0	6.8	7.1
Exp. de bens e serviços *	8.8	8.1	10.3	5.5	5.5	6.6	8.0	7.6	7.8	6.0	7.6	7.2
<b>Mercadorias</b>												
Imp.+ Exp.de bens - Mundo	10.9	..	..	7.5	..	..	9.4	..	..	7.8	..	..
Imp. de bens *	9.4	..	10.7	6.3	..	6.8	8.0	..	8.1	6.0	..	6.9
Exp. de bens *	8.7	..	..	5.3	..	..	8.6	..	..	6.1	..	..
<b>- Exportações Mundiais em valor</b>												
- em biliões de US dólares												
de bens e serviços	11.208	..	..	12.684	..	..	14.464	..	..	15.891	..	..
de bens	8.945	..	..	10.186	..	..	11.721	..	..	12.896	..	..

\* FMI - economias Avançadas; OCDE - países membros  
Fontes: FMI, World Economic Outlook, Setembro 2006; OCDE, Economic Outlook nº 79, Maio 2006; CE - Comissão Europeia, "European Economy" - Abril 2006

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

De acordo com o *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, dos **EUA**, a actividade económica nos EUA abrandou no 2º trimestre, verificando um crescimento anualizado do PIB de 2,6%, contra 5,6% no trimestre anterior. Essa desaceleração reflecte principalmente o abrandamento do consumo privado e do investimento em equipamento e em habitação. Por sua vez, verificou-se um contributo positivo da procura externa líquida. Para o conjunto do ano de 2006, o FMI, mantém a estimativa de crescimento do PIB em 3,4%.<sup>1</sup> Para 2007, o FMI reviu em baixa o crescimento (para 2,9%, menos 0,4 p.p.), antecipando um arrefecimento no mercado de habitação.

Relativamente ao **Japão**, O FMI, refere um abrandamento do crescimento do PIB no 2º trimestre de 2006, devido à desaccumulação de *stocks*, à diminuição do investimento público e à evolução das exportações líquidas. O Indicador Compósito Avançado da OCDE aponta para uma desaceleração da actividade económica em Julho e Agosto. (*Quadro 1.3*). Apesar desta evolução, de acordo com o FMI, a expansão económica é sólida, alicerçada na procura interna privada. O investimento privado continuará dinâmico, suportado pelos fortes lucros das empresas e pelo crédito bancário, e o consumo privado crescerá mais moderadamente. Para 2006, o FMI aponta para um crescimento do PIB de 2,7%, descendo para 2,1% em 2007.

No **Reino Unido**, de acordo com a estimativa das contas nacionais<sup>2</sup> no 2º trimestre de 2006, o PIB cresceu 2,6% em termos homólogos, mais 0,3 p.p. do que no trimestre anterior, devido ao aumento do contributo dos consumos privado e público. As várias instituições internacionais reviram em alta as previsões de crescimento para a economia do Reino Unido em 2006, nomeadamente o FMI, que elevou em 0,2 p.p. a sua estimativa (para 2,7%), esperando um crescimento liderado pelo investimento e pelas exportações.

Na **Zona Euro**, o crescimento do PIB foi de 2,6% no 2º trimestre (2,1% no 1º trimestre), reflectindo um maior dinamismo da procura interna, particularmente do investimento, tendo diminuído o contributo da procura externa líquida. O crescimento económico, para a Zona Euro para 2006, foi também revisto em alta pelas várias instituições internacionais. A Comissão Europeia, estima um crescimento de 2,5% (+0,4 p.p.) e o FMI 2,4% (+0,3 p.p.). De acordo com o FMI, o investimento empresarial deverá revelar um maior dinamismo, enquanto o consumo privado deverá abrandar. O FMI refere a existência de incertezas para o crescimento económico na Zona Euro destacando-se, do lado positivo, a forte confiança empresarial que poderá induzir um crescimento do investimento e do emprego mais rápido do que o esperado. Do lado negativo, refere a possibilidade de uma acentuada apreciação do euro conduzir a uma quebra das exportações e do investimento no sector dos bens transaccionáveis.

De acordo com a Comissão Europeia, o crescimento económico da **Alemanha** tem sido liderado pela procura interna, nomeadamente pelo investimento. A CE e a OCDE, reviram em alta as respectivas previsões de crescimento para 2006, coincidindo numa taxa de crescimento do PIB de 2,2% (+0,5 p.p. e +0,4 p.p, respectivamente). Também o FMI reviu em alta (+0,7 p.p.) as suas previsões de crescimento para a Economia Alemã, antecipando um crescimento de 2%.

A **economia espanhola** manteve um forte crescimento, no 1º e 2º trimestres de 2006 (3,5% e 3,7%, em termos homólogos), assente no contributo da procura interna, destacando-se o investimento, embora os consumos privado e público também apresentem crescimentos significativos. Para o conjunto do ano de 2006, a CE prevê um crescimento de 3,5%, elevando em 0,4 p.p. a sua estimativa anterior. De acordo com aquela instituição, apenas a procura interna contribuirá positivamente para o crescimento do PIB. O FMI reviu, também em alta, a

<sup>1</sup> World Economic Outlook, Setembro de 2006.

<sup>2</sup> National Statistics Office, UK.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

sua estimativa para o crescimento económico de Espanha em 2006, prevendo agora 3,4% (+0,1 p.p). No entanto, a economia espanhola tem vindo a acumular um défice externo elevado e aparenta ter um sector imobiliário sobreaquecido, o que poderá representar uma vulnerabilidade acrescida num contexto de aumento das taxas de juro.

Quadro 1.3

Indicador Compósito Avançado da OCDE

Indicador Compósito Avançado	Unidade	2005				2006		2006				
		I TR	II TR	III TR	IV TR	I TR	II TR	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
OCDE		1,7	0,8	1,3	2,2	3,2	3,3	3,5	3,4	3,1	2,9	2,5
EUA		1,5	0,4	1,1	2,2	3,4	2,9	3,3	2,8	2,5	2,3	2,0
Japão		0,2	-0,5	0,0	0,7	1,2	0,6	1,1	0,8	-0,2	-1,0	-1,6
China		13,0	13,1	14,1	14,1	14,8	14,7	15,2	14,5	14,3	14,4	12,9
Zona Euro	N/(M12M)N-12	1,2	0,2	0,8	2,2	3,2	3,9	3,8	4,0	4,0	3,6	3,3
Alemanha		0,8	-0,4	1,1	3,2	5,2	6,2	6,2	6,4	6,1	5,6	5,0
Espanha		2,7	2,7	2,4	1,9	0,7	0,3	0,0	0,4	0,4	0,4	0,4
Reino Unido		0,0	-0,7	-0,2	0,0	0,5	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9

Fonte: OCDE

Em Setembro, a cotação média do **crude** (Brent) desceu significativamente em relação ao mês anterior, fixando-se em 62,8 dólares por barril, o que representa uma queda de 15% face à cotação média de Agosto (73,6 dólares por barril). Para esta evolução contribuiu a estimativa de redução da procura mundial em 2006 e 2007, bem como a diminuição dos receios relativos à oferta mundial de petróleo. No Mercado de Futuros, o preço do petróleo situou-se em 60 dólares por barril, em média, para os contratos com entrega nos dois últimos meses do ano e em cerca de 63 dólares por barril, em média, no 1º semestre de 2007.

O preço médio de importação do petróleo em Portugal, regra geral, tem evoluído ligeiramente abaixo das cotações internacionais (*Quadro 1.4*). No período de Janeiro a Agosto de 2006, o preço de importação do petróleo em euros aumentou 36,4%, relativamente ao período homólogo do ano anterior. Essa evolução reflectiu um acréscimo de 33,8% do preço das ramas descarregadas medido em dólares e um efeito cambial negativo de 1,9%. Este efeito cambial negativo ocorreu durante o 1º trimestre de 2006.

Quadro 1.4

Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo

	Unidade	2003	2004	2005	2006		2006				
					I TR 06	II TR 06	Mai	Jun	Jul	Ago	Jan-Ago
Preço de importação do petróleo (f.o.b) <sup>1</sup>	USD	27,9	36,9	50,9	58,5	64,5	65,1	63,7	72,8	70,1	64,0
(a) Preço de importação do petróleo (USD)	VH	18,9	32,5	37,9	42,2	35,1	44,7	37,9	34,4	13,7	33,8
(b) Efeito Cambial	VH	-16,0	-7,9	-1,2	8,7	-0,4	-1,3	-3,7	-4,8	-3,7	1,9
(c) Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	-0,1	22,1	36,2	54,6	34,5	42,8	32,9	27,9	9,5	36,4
(d) Deflador do PIB <sup>2</sup>	VH	2,7	2,8	2,7	2,3	2,8	2,8	2,9	2,8	2,8	2,6
(e) Preço relativo do petróleo <sup>3</sup>	VH	-2,7	18,8	32,7	51,1	30,9	39,0	29,1	24,4	6,6	32,9
<i>Por memória:</i>											
Cotações internacionais do petróleo	USD	28,9	37,8	53,4	61,0	68,3	68,6	68,3	72,5	71,8	66,5
Cotações internacionais do petróleo (USD)	VH	15,8	30,7	41,2	32,2	34,5	43,5	26,7	28,6	16,0	30,1

(1) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramas de petróleo bruto.

(2) Considerou-se para os meses de Julho e Agosto de 2006, a mesma variação homóloga do deflador do PIB do 2º trimestre de 2006.

(3) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflador do PIB em Portugal.

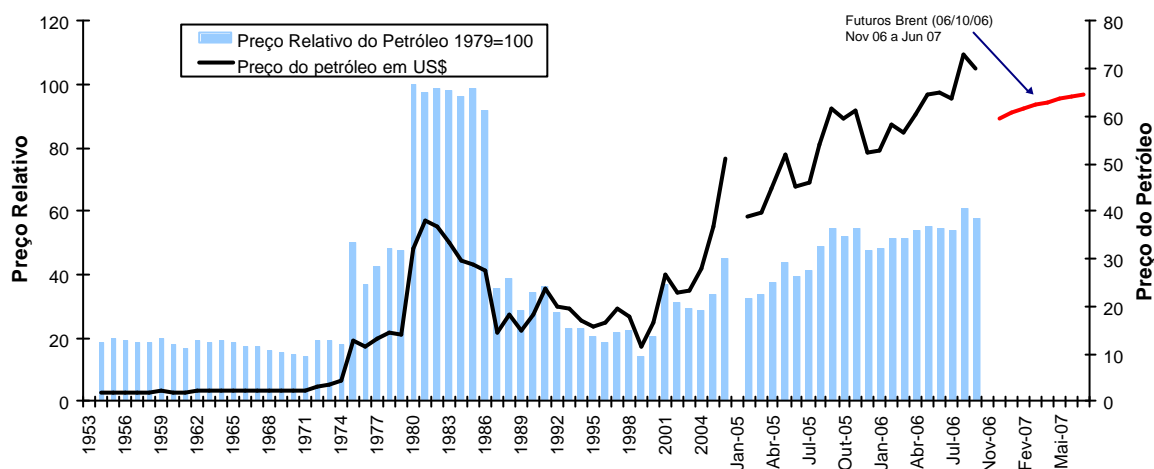
A contabilidade (c) = (a) + (b); (e) = (c) - (d) não se verifica pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.

Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh; Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflador do PIB - INE, Contas Nacionais.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Agosto de 2006, em cerca de 58% do valor atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Figura 1.1  
Evolução do Preço Relativo do Petróleo

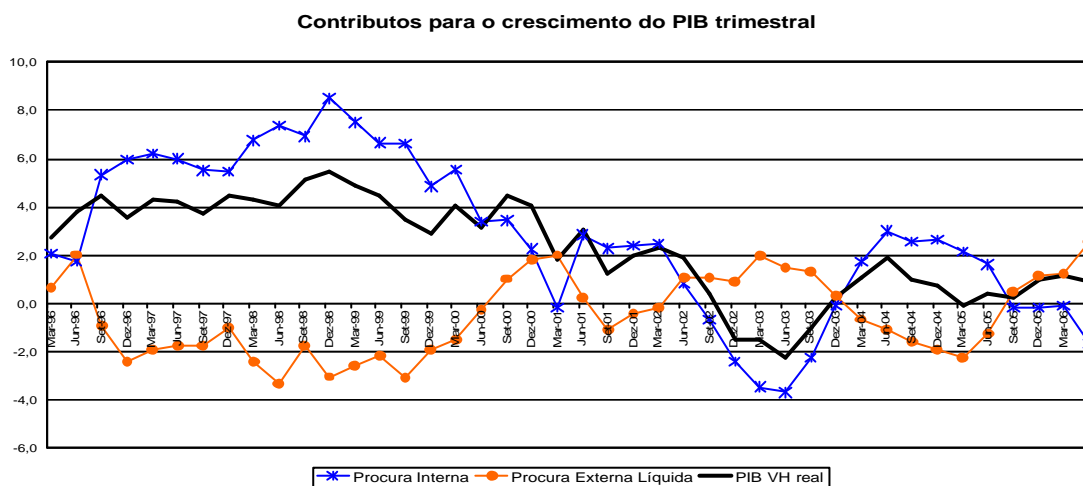


Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio). O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em moeda nacional e o deflator do PIB em Portugal.

## 2. Conjuntura Nacional

As **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao **2º trimestre** de 2006 (*Quadro 2.1*) confirmam o cenário de recuperação da Economia Portuguesa apoiada nas exportações. De acordo com o INE, a economia cresceu 0,9% em termos homólogos, um crescimento ligeiramente inferior ao registado no 1º trimestre de 2006 (1,1%, valor revisto em alta). Os dados do 2º trimestre revelam um aumento do contributo da procura externa líquida para o crescimento do produto (*Figura 2.1*), que se fixou em 2,6% (por sinal o valor mais elevado de toda a série das Contas Nacionais, com início em 1995). Para tal contribui não só um forte dinamismo das exportações de bens e serviços (7,6%), mas também uma diminuição das importações (-0,3%). A diminuição das importações, por seu lado, reflecte uma contracção da procura interna, cujo contributo negativo para o crescimento do produto se acentuou (-1,7%). O consumo privado registou um forte abrandamento no 2º trimestre de 2006 (0,1% VH), verificando-se também uma nova contracção da FBCF (-5,4% VH), essencialmente motivada pela evolução negativa do investimento em construção (-8,9% VH).

Figura 2.1



Quadro 2.1 – Indicadores Trimestrais

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2002	2003	2004	2005	2005				2006		
							I TR	II TR	III TR	IV TR	I TR	II TR	
PIBom	INE (Set 06)	Milhões euros	135 434	137 523	143 029	147 378	36 223	36 760	36 929	37 466	37 483	38 122	
PIBom		VH Real	0,8	-1,1	1,2	0,4	-0,1	0,4	0,3	1,0	1,1	0,9	
Consumo Privado		VH Real	1,3	0,1	2,4	2,0	2,8	3,0	1,2	1,1	0,7	0,1	
Consumo Público		VH Real	2,6	0,3	2,5	1,8	2,7	2,2	1,5	0,8	0,2	-0,3	
FBCF		VH Real	-3,5	-10,0	0,9	-2,9	-2,0	-1,8	-4,6	-3,3	-1,8	-5,4	
Exportações Bens e Serviços		VH Real	1,5	3,7	4,5	0,9	-1,4	0,1	2,4	2,6	8,5	7,6	
Importações Bens e Serviços		VH Real	-0,7	-0,4	6,8	1,8	4,3	3,0	0,7	-0,8	3,5	-0,3	
FBCF sem construção		INE (Set 06)	VH Real	-3,7	-7,9	3,4	-1,1	-0,4	0,2	-2,1	-2,1	-0,5	-2,0
Balança Corrente / PIB		BP	%	-7,8	-5,9	-7,3	-9,3	-9,6	-10,0	-9,0	-9,3	-9,9	-9,4
Saldo Total SPA / PIB (exc. med. tempor)		DGO/INE	%	-4,2	-5,3	-5,3	-6,0						
Taxa de desemprego	INE (Ago 06)	(%)	5,0	6,3	6,7	7,6	7,5	7,2	7,7	8,0	7,7	7,3	
Inflação	INE (Ago 06)	(%)	3,6	3,3	2,4	2,3	2,1	1,8	2,6	2,7	2,8	2,9	

De acordo com o INE, no 2º trimestre de 2006, a **taxa de desemprego** fixou-se em 7,3%, recuperando face aos 7,7% do trimestre anterior (*Quadro 2.1*). O Eurostat estima uma diminuição da taxa de desemprego em Julho e Agosto, para 7,2% (*Quadro 2.2*). Em Agosto, o IEFP registou uma diminuição do número de desempregados inscritos nos centros de emprego, correspondendo a uma variação homóloga de -6,0%. No 2º trimestre, a população empregada aumentou em 53 900 indivíduos, face ao trimestre anterior. A **Inflação**, medida pela variação

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do INE abrandou 0,3 p.p em Agosto (2,0%) relativamente a Julho (2,3%). A variação média do IPC nos últimos doze meses terminados em Agosto foi de 2,7%.

Quadro 2.2 – Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	Mai	Jun	Jul	Ago
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,2	7,7	8,0	7,7	7,4	7,4	7,3	7,2	7,2
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	470.853	469.283	483.471	486.428	456.254	457.009	442.499	436.901	436.792
Varição dos desempregados inscritos	IEFP	Período n-Período(n-1)	-14.333	-1.570	14.188	2.957	-30.174	-12.244	-14.510	-5.598	-109
Desempregados inscritos	IEFP	VH	4,0	3,3	3,0	0,3	-3,1	-2,8	-4,6	-5,1	-6,0
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	4,2	2,0	1,4	-1,4	-2,9	-2,1	-4,3	-4,3	-6,8
Varição da população empregada	INE	Período n-Período(n-1)	37.600	-2.000	3.800	-6.900	53.900				
Evolução da população empregada	INE	VH	0,1	0,1	0,0	0,6	1,0				
Índice do Custo de Trabalho (excl. Admin. Pública)	INE	VH	2,6	2,7	0,5	3,8	2,3				
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,3	1,8	2,0	2,2	2,4				
Por memória: Inflação (IPC)	INE	VH	1,8	2,6	2,7	2,8	2,9	3,0	2,9	2,3	2,0

Os indicadores avançados da **actividade económica geral** disponíveis para o 3º trimestre de 2006 são, em geral, positivos (*Quadro 2.3*). Apenas o Indicador de Actividade Económica do INE, registou o valor de 0,4 em Julho, idêntico ao valor do 2º trimestre de 2006. O Indicador Compósito Avançado da OCDE, continuou a melhorar em Julho (5,3%) e Agosto (5,5%), situando-se acima da média do 2º trimestre (4,0%). O Indicador Coincidente do Banco de Portugal (*Figura 2.2*) subiu em Julho e Agosto, com variações homólogas de 0,9% e 1,0%, respectivamente, superiores à média do 2º trimestre (0,7%). O Indicador de Clima Económico do INE (*Figura 2.3*) atingiu no conjunto do 3º trimestre um saldo médio de respostas positivo (0,4), o que não acontecia desde o 3º trimestre de 2004. O Indicador de Sentimento Económico do Eurostat (ISE), apresenta uma melhoria no conjunto do 3º trimestre (95,1), por comparação com a média do 2º trimestre (91,7), tendo atingido em Setembro o valor mais alto em 12 meses.

Quadro 2.3 – Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	2005			2006			2006		
			II TR	III TR	IV TR	I TR	II TR	III TR	Jul	Ago	Set
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	1,3	0,8	1,3	1,1	0,4		0,4		
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	0,5	0,2	0,2	0,4	0,7		0,9	1,0	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	-0,2	-0,8	-0,6	-0,5	-0,3	0,4	0,2	0,5	0,5
Indicador Compósito Avançado	OCDE	N/(M12M) N-12	1,3	0,3	1,1	2,4	4,0		5,3	5,5	
Indicador do Sentimento Económico	Eurostat	(1990-2003)=100	91,7	86,7	90,3	88,3	91,7	95,1	95,6	93,4	96,3

Figura 2.2

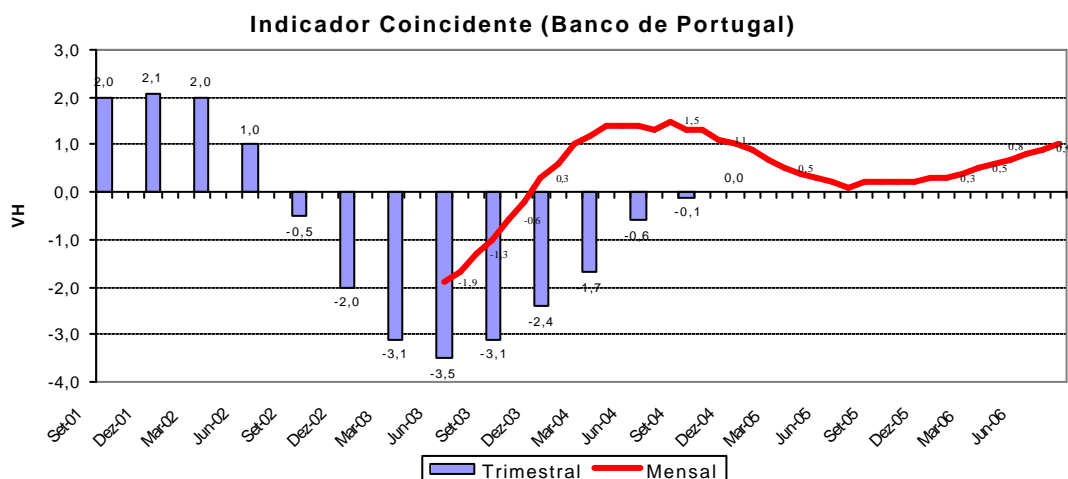
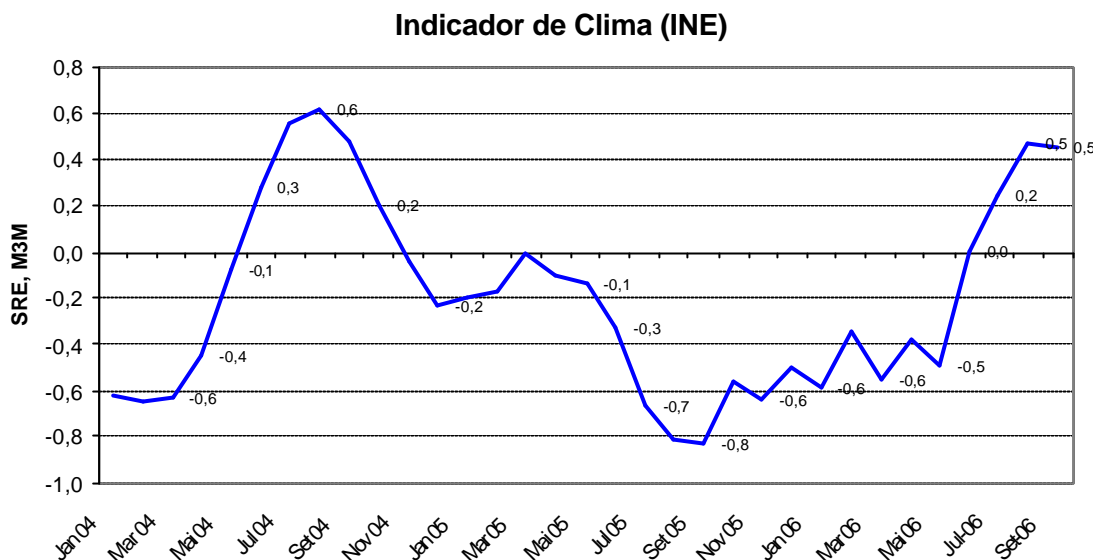


Figura 2.3



No que respeita ao **Consumo Privado** (Quadro 2.4), os dados disponíveis para o 3º trimestre, apontam para uma recuperação significativa, após o forte abrandamento registado no 2º trimestre. O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (deflacionado) registou em Julho e Agosto uma taxa de variação homóloga de 5,0% e 2,5%, que compara com -1,4% no 2º trimestre. Essa evolução traduz melhorias no ramo Alimentar (3,7% e 3,5% em Julho e Agosto contra 1,5% no 2º trimestre) e, de uma forma mais acentuada, no ramo Não Alimentar (6,1% e 1,8% em Julho e Agosto contra -3,7% no 2º trimestre). O Índice de Volume de Negócios nos Serviços de Alojamento e Restauração apresentou uma variação homóloga de 3,3% em Julho, o que compara com 0,5% em média no 2º trimestre. Finalmente, as Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros, revelam em Agosto uma inversão na trajectória descendente verificada desde o 3º trimestre de 2005. Reflectindo a melhoria dos vários indicadores, o Indicador Coincidente do Consumo Privado calculado pelo BP registou aumentos de 1,1% em Julho (VH) e de 1,5% em Agosto (VH), após 0,7% no 2º trimestre. Com dados já disponíveis para Setembro, o indicador de Confiança dos Consumidores do INE atingiu no 3º trimestre um nível de -31,9 contra -36,2 no 2º trimestre.

Quadro 2.4 – Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	2005			2006			2006					
			II TR	III TR	IV TR	I TR	II TR	III TR	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	2,3	1,1	0,7	0,8	0,7		0,7	0,7	0,8	1,1	1,5	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	VE/M3M	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-36,2	-31,9	-36,3	-36,9	-35,4	-35,1	-31,7	-28,9
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	4,1	0,2	0,8	0,3	-1,4		-0,7	1,7	-5,1	5,0	2,5	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,7	1,4	2,1	2,3	1,5		1,7	1,8	1,0	3,7	3,5	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	5,3	-0,6	-0,3	-1,2	-3,7		-2,6	1,7	-9,6	6,1	1,8	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-16,0	-12,0	-9,0	-16,0	-15,0		-13,0	-26,0	-5,0	-18,0	-9,0	
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	-5,2	0,7	3,1	0,8	0,5		2,9	0,9	-2,2	3,3		
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	BP	VH	12,2	-3,5	-3,1	-2,4	-9,2		2,8	-6,3	-18,7	-4,2	4,2	

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), o Indicador de FBCF (Figura 2.4) manteve em Julho uma trajectória descendente, registando um valor de -6,7 (M3M), que compara com -5,6 no 2º trimestre. Relativamente ao mês de Agosto, no entanto, há alguns sinais positivos. O Índice de Novas Encomendas à Indústria de Bens de Investimento, na componente Mercado Nacional apresentou uma recuperação em Agosto (-2,8%) face ao valor registado em Julho (-3,6%). O Índice de Produção Industrial de Máquinas e Equipamentos deteriorou-se em Julho

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

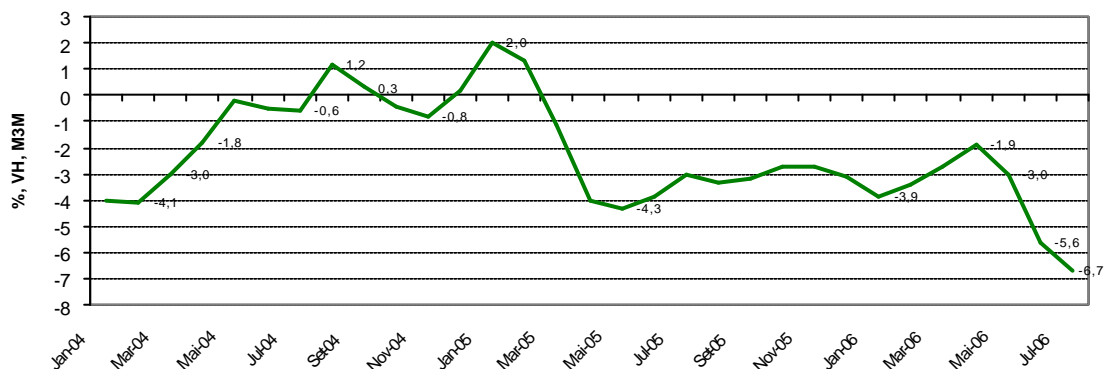
(-4,7%), mas melhorou em Agosto (-1,2%). O Índice de Produção Industrial de Bens de Investimento, baixou ligeiramente em Julho (-1,0%) face à média do segundo trimestre de 2006 (-0,8%), mas melhorou significativamente em Agosto (3,8%). No que se refere à Construção, o Indicador de Confiança do INE estabilizou no 3º trimestre face ao valor do 2º trimestre. As Vendas de Cimento, segundo o Banco de Portugal, registaram uma ligeira melhoria em Julho (-6,2%), mas voltaram a piorar em Agosto (-7,6%), estando no entanto ainda acima da variação média registada no segundo trimestre de 2006 (-7,8%). Finalmente, as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentam um comportamento mais favorável em Julho (-6,2%) e Agosto (3,7%) do que no trimestre (-11,9%).

Quadro 2.5 – Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	2005			2006			2006						
			II TR	III TR	IV TR	I TR	II TR	III TR	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
Indicador de FBCF	INE	M3M	-3,9	-3,1	-3,0	-2,7	-5,6		-2,0	-3,2	-5,6	-6,7			
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-4,6	-1,7	3,7	-1,0	-3,6		-7,1	-2,0	-1,7	-4,7	-1,2		
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	-2,9	-2,1	-2,1	-3,2	-0,8		-8,5	6,8	-0,4	-1,0	3,8		
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	0,6	-8,5	0,3	-8,5	-0,4		-0,2	4,1	-4,4	-3,6	-2,8		
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	10,9	3,6	-2,0	1,2	0,5		-10,6	5,2	6,8				
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-47,7	-47,7	-46,0	-48,5	-48,5	-47,5	-47,5	-48,0	
Vendas de Cimento	BP	VH	-0,9	-5,5	-1,7	-0,2	-7,8		-13,9	-0,1	-9,7	-6,2	-7,6		
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	BP	VH	0,8	-6,4	-5,2	-1,7	-11,9		-9,5	-0,7	-22,3	-6,2	3,7		
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	BP	VH	-7,3	10,4	-4,8	9,2	24,8		213,2	-52,4	-42,9	-14,1	-2,5		

Figura 2.4

Indicador FBCF (INE)



Relativamente ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), os dados disponíveis para Julho, do Banco de Portugal, apontam para a manutenção de um crescimento elevado das exportações de bens e serviços em termos nominais (+13,1%, em VH), com crescimento mais rápido na componente de serviços (+20,9% em VH). Os dados mais recentes publicados pelo INE, apontam para um crescimento das saídas de 11,2% em Julho. De acordo com esses dados, as importações de bens terão aumentado 8,6%, devendo esse aumento reflectir a retoma do consumo privado e a evolução favorável das exportações. No período acumulado de Janeiro a Julho, segundo o INE, a taxa de cobertura situou-se em 65,9%, mais 2,4 p.p. relativamente ao período homólogo do ano anterior. Os dados disponíveis para Agosto, mas relativos apenas ao comércio extracomunitário, apontam para um crescimento das exportações e importações de 38,7% e 12,2%, respectivamente. As estimativas das saídas e entradas de bens, para Agosto, que o Banco de Portugal publica, no âmbito do SDDS, apontam para crescimentos de 20,2% e 10,9%, respectivamente

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 2.6 – Balança de bens e Serviços – Taxas de Variação homóloga

Variações Homólogas em %

	2005			2006		2006							
	II TR	III TR	IV TR	I TR	II TR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago*
<b>BENS</b>	-12,8	-8,8	-3,9	-4,7	8,6	-1,7	-23,5	5,9	5,1	7,2	13,7	-5,9	1,0
Crédito (Saídas)	0,7	5,0	3,9	11,2	11,6	7,6	4,7	20,7	-1,1	20,4	15,4	9,7	20,2
Débito (Entradas)	4,7	6,3	3,9	9,0	4,3	5,7	10,4	10,6	-2,5	10,2	5,2	8,6	10,9
<b>SERVIÇOS</b>	-22,6	8,2	19,5	26,2	40,7	33,6	24,1	22,9	60,7	33,8	33,2	25,5	
Crédito	-5,0	5,0	6,5	19,2	18,7	22,3	14,9	20,3	19,3	21,3	15,6	20,9	
Débito	6,0	2,5	1,6	17,3	8,5	19,7	12,5	19,5	4,0	14,6	7,1	17,1	
<b>BENS E SERVIÇOS</b>	-28,7	-9,3	-0,5	-1,4	22,0	2,6	-23,4	10,4	18,7	19,4	28,4	13,7	
Crédito	-0,9	5,0	4,6	13,1	13,5	11,1	7,1	20,6	4,2	20,6	15,4	13,1	
Débito	4,9	5,7	3,5	10,2	4,9	7,7	10,7	11,8	-1,6	10,8	5,5	9,8	

Fonte: GEE com base no Banco de Portugal, Boletim Estatístico

\* - Os valores referentes a Agosto são cálculos do GEE, baseados em dados do SDDS e do Banco de Portugal. O numerador e denominador da t.v.h. provêm de fontes diferentes

O cenário de manutenção do crescimento apoiado nas exportações é corroborado pelos **indicadores avançados de procura externa** (Quadro 2.7). O Volume de Negócios na Indústria, na componente mercado externo, continua a trajectória ascendente verificada desde o início do ano, aumentando, em termos homólogos 14% em Julho e 23,4% em Agosto, o que compara com 11,7% no segundo trimestre. As Novas Encomendas Industriais provenientes do mercado externo registaram, em Julho e Agosto, acréscimos homólogos de 22,4% e 33,8%, mantendo e acentuando a boa dinâmica evidenciada no 2º trimestre (17,4%). No 3º trimestre, o Inquérito realizado à Indústria Transformadora revelou uma estabilização da opinião dos empresários sobre a Procura Externa, face ao 2º trimestre. A carteira de encomendas externa, melhorou em Julho e Agosto (-10,7 em média), face à média do 2º trimestre (-14).

Em termos gerais, e com os dados disponíveis até ao momento, pode-se perspectivar para o 3º trimestre a continuação de um cenário de crescimento induzido pelas exportações. O contributo da procura interna deverá tornar-se positivo, devido à recuperação do consumo privado. O investimento, apesar da melhoria de alguns indicadores em Agosto, não apresenta ainda sinais evidentes de inflexão, face ao comportamento registado no primeiro semestre de 2006.

Quadro 2.7 – Indicadores Avançados de Procura Externa

Procura Externa	Fonte	Unidade	2005			2006			2006					
			II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Volume de Negócios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	2,9	3,8	3,7	9,0	11,7		-3,5	22,7	15,5	14,3	23,4	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	-0,4	5,7	7,5	5,7	17,4		14,4	24,8	13,3	22,4	33,8	
Inquérito à Ind. Transformadora -Procura Externa	INE	SRE-VE	-28	-24	-17	-19	-14	-14	-18	-22	-2	-12	-14	-15
Carteira de Encomendas Externa	INE	SRE/M3M	-28,0	-24,3	-17,3	-19,3	-14,0		-20,0	-20,7	-14,0	-12,0	-9,3	
<i>Por memória:</i>														
Exportações	BP	VH (p.cor)	-0,9	5,0	4,6	13,1	13,5		4,2	20,6	15,4	13,1		
Bens	BP	VH (p.cor)	0,7	5,0	3,9	11,2	11,6		-1,1	20,4	15,4	9,7		
Serviços	BP	VH (p.cor)	-5,0	5,0	6,5	19,2	18,7		19,3	21,3	15,6	20,9		

O FMI, no World Economic Outlook de Setembro, reviu em alta as previsões de crescimento para Portugal em 2006, de 0,8% para 1,2. No Quadro 2.8 apresenta-se um mapa com as previsões de crescimento para a Economia Portuguesa efectuada por várias instituições. Ao apresentar uma previsão de crescimento de 1,5% para o último trimestre de 2006, o FMI implicitamente revela uma estimativa de 1,2% para o 3º trimestre.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 2.8 - Previsões para a economia Portuguesa

	2005					2006					2007				
	OCDE	CE	BP	FMI	PEC(05-09)	OCDE	CE	BP	FMI	PEC(05-09)	OCDE	CE	BP	FMI	PEC(05-09)
	Maio-06	Primav-06	Verão-06	Set-06	Dez-05	Maio-06	Primav-06	Verão-06	Set-06	Dez-05	Maio-06	Primav-06	Verão-06	Abr-06	Dez-05
<b>Crescimento real em percentagem:</b>															
PIB	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	1,2	1,2	1,1	1,5	1,1	1,5	1,5	1,8
-Consumo privado	2,0	2	1,8	-	2,3	1,2	1,2	1,3	-	1,3	1,9	1,2	1,2	-	1,5
-Consumo Público	1,7	1,7	1,9	-	0,8	0,2	0,3	0,7	-	-1,3	-0,4	-0,1	0,5	-	-0,8
-FBCF	-2,9	-3,1	-2,7	-	-2,1	-0,7	-0,8	-1,2	-	1,7	2,8	1,3	0,5	-	3,6
-Exportações Bens e Serviços	0,9	0,9	0,9	-	1,2	4,0	3,9	8,4	-	5,7	5,6	4,5	4,7	-	6,1
-Importações Bens e serviços	1,8	1,8	1,7	-	2,1	2,7	2,3	5,7	-	4,2	5,0	3,4	2,3	-	4,3
<b>Em percentagem</b>															
IHPC (t.v.) <sup>(1)</sup>	2,1	2,6	2,1	2,1	2,3	2,7	2,7	2,6	2,6	2,3	2,1	2,4	2,1	2,2	2,2
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,7	7,4	7,6	7,6	7,4	7,9	8,1	-	7,7	7,7	7,7	8,3	-	7,6	7,7
Balança Corrente (% PIB) <sup>(2)</sup>	-9,3	-9,5	-8,1	-9,3	-8,7	-9,6	-9,8	-9,4	-9,8	-8,8	-9,7	-9,6	-9,8	-9,6	-8,4

(1) No caso do PEC - Deflador do Consumo Privado e FMI - IPC

(2) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2006; OCDE, Economic Outlook nº79, Maio de 2006;

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2006; BP- Boletim Económico, Verão de 2006;

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Dezembro de 2005

### 3. Dinâmica Sectorial

As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 2º trimestre de 2006 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 0,4% em volume (*Quadro 3.1*). O sector da Agricultura, Silvicultura e Pescas, que sofrera uma queda substancial (-8,4%) em 2005 devido ao mau ano agrícola, manteve no primeiro e 2º trimestre de 2006 a recuperação iniciada no final de 2005. O VAB do ramo da Indústria inverteu no 2º trimestre (-0,6%) a trajectória de recuperação que vinha evidenciando nos dois trimestres anteriores. A produção na Construção piorou significativamente (-8,0%), sendo necessário recuar até ao último trimestre de 2003 para obter uma variação homóloga mais negativa. O ramo Comércio, Restaurantes e Hotéis, com 1,5%, inverteu a trajectória contínua de abrandamento, que se vinha verificando desde o 1º trimestre de 2005, se bem que sempre em terreno positivo. Também o sector dos Transportes e Comunicações manteve a trajectória de recuperação e apresentou uma evolução positiva (0,9%), o que já não sucedia desde o 1º trimestre de 2005. A produção do ramo Outros Serviços, cujo peso no VAB total é 32%, aumentou 0,5% em termos homólogos, um ligeiro abrandamento face ao valor do 1º trimestre (0,6%).

Quadro 3.1 - Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)

	peso, 2005 (%)	Anos				2004				2005				2006	
		2000	2002	2004	2005	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,3	-4,2	2,4	0,8	-7,9	1,3	2,5	1,3	-1,8	-7,1	-9,4	-9,1	-5,8	0,9	5,3
Indústria	16,7	2,1	-0,7	0,2	-1,6	1,7	1,6	-0,2	-2,2	-3,3	-1,9	-1,7	0,4	1,7	-0,6
Construção	6,0	6,3	-4,0	-1,3	-4,0	-3,5	-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0	-2,4	-8,0
Electricidade, gás e água	2,8	9,5	0,3	5,5	2,1	6,8	6,1	5,0	4,2	2,8	2,5	1,7	1,5	4,0	1,4
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,0	4,4	-1,1	1,7	1,8	0,6	1,5	1,9	3,0	2,4	2,1	1,5	1,3	0,6	1,5
Transportes e Comunicações	7,4	9,7	2,8	4,7	-1,2	4,9	7,8	3,7	2,6	0,3	-1,6	-1,9	-1,5	-0,8	0,9
Actividades Financeiras e Imobiliárias	14,9	4,0	2,7	-0,4	0,8	-1,0	0,5	-0,4	-0,5	0,3	0,6	1,6	0,6	3,5	2,1
Outros Serviços	32,0	3,5	2,3	1,7	0,9	1,4	1,8	1,8	1,7	1,3	1,0	0,8	0,5	0,6	0,5
<i>Por memória:</i>															
Valor Acrescentado Bruto (const)		3,9	0,8	1,2	-0,1	1,0	1,9	1,2	0,7	0,0	-0,1	-0,4	0,0	1,0	0,4

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Setembro 2006

Relativamente ao **Emprego** (*Quadro 3.2*), em termos gerais, verificou-se uma evolução positiva no 2º trimestre, com este indicador a crescer 1% em termos homólogos, acima do valor do 1º trimestre (0,6%). Registaram-se evoluções positivas nos Transportes e Comunicações (10,5%), na Construção (0,8%, em abrandamento há dois trimestres) e nos Outros Serviços (2,1%). O emprego na Agricultura, Silvicultura e Pescas (1,7%), na Indústria Transformadora (0,4%) e nas Actividades Financeiras e Imobiliárias (0,2%) revela uma inversão do sucedido no 1º trimestre, em que estes sectores perderam emprego, em termos homólogos. O sector da Electricidade, Gás e Água, com -0,5% e o sector do Comércio, Restaurantes e Hotéis, com -1,9% apresentam evoluções negativas, tendo este último agravado a perda de emprego face a trimestres anteriores.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 3.2 – Evolução do emprego por sectores

Variação Homóloga - %															
	peso, 2005 (%)	Anos				2004				2005				2006	
		2000	2002	2004	2005	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,8	2,2	-2,4	-3,7	-1,9	-3,5	-5,8	-4,0	-1,6	-2,6	-2,3	-1,0	-1,8	-1,0	1,7
Indústria Transformadora	18,9	-1,0	-4,0	-1,6	-3,4	-3,6	-2,4	-0,7	0,3	-0,8	-3,0	-4,0	-5,5	-1,1	0,4
Construção	10,8	10,5	6,8	-6,1	1,1	-6,2	-7,5	-4,7	-5,9	-3,1	-0,6	3,2	5,1	1,5	0,8
Electricidade, gás e água*	0,9	-2,1	5,6	-9,2	-4,1	-6,3	-11,4	-15,2	-3,9	-11,5	-4,0	1,7	-1,7	-4,2	-0,5
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,5	3,3	1,0	1,3	0,1	2,8	2,5	0,7	-0,8	-1,3	0,8	-0,4	1,5	-0,6	-1,9
Transportes e Comunicações	4,3	6,8	1,0	0,4	3,0	1,0	-1,7	2,5	-0,4	1,6	3,5	4,5	2,2	5,4	10,5
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,4	2,1	0,9	11,4	-2,6	19,2	16,0	6,9	4,8	-2,3	-0,7	-2,7	-4,6	-4,5	0,2
Outros Serviços	25,4	0,3	2,3	2,6	3,4	0,6	3,8	2,1	4,0	4,3	3,6	2,9	3,0	4,3	2,1
<i>Por memória:</i>															
Emprego - Total		2,3	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6	1,0

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 2º trimestre 2006

\*Inclui Indústria Extractiva

Relativamente a Julho e Agosto, os **indicadores avançados** revelam que existem indícios de uma melhoria generalizada do clima de confiança, extensível a praticamente todos os sectores, acompanhado por um aumento efectivo de transacções, nomeadamente na indústria e nos serviços.

No que respeita à **Indústria** (Quadro 3.3) os indicadores disponíveis apontam, em geral, para uma recuperação deste sector em Julho, sendo mais acentuada em Agosto, quando comparado com o conjunto do 2º trimestre. Considerando valores de Julho-Agosto, as taxas de crescimento médias dos índices agregados de volume de negócios (9,4%, VH), de produção industrial (2,9%) e de novas encomendas (10,3%) foram superiores às registadas no 2º trimestre (5,8%, 2,1% e 5,9%, respectivamente).

O índice de novas encomendas na indústria continua a revelar comportamentos diferenciados entre o mercado nacional, que voltou a registar uma evolução negativa em Agosto (-5,2%), e o mercado externo, com crescimentos significativos de 22,4% em Julho e 33,8% em Agosto (compara com 17,4% no 2º trimestre). Os indicadores de confiança da Comissão Europeia, para a Indústria e os do INE, para a Indústria Transformadora, registam desagravamentos do 2º trimestre para o 3º trimestre (-7,3 e -5,7, SRE, respectivamente).

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 3.3 – Indicadores sectoriais para a Indústria

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006			2006						
			Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	-0,3	0,8	2,2	1,3	2,1		5,8	-2,5	7,1	1,8	1,5	4,3	
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	1,8	1,3	1,3	6,2	5,8		11,5	-2,5	14,7	5,2	8,2	10,5	
Mercado Nacional	INE	VH	1,2	0,5	0,1	4,4	2,7		7,6	-1,9	10,2	-0,4	4,8	4,6	
Mercado Externo	INE	VH	2,9	5,0	3,9	8,8	11,6		18,6	-3,5	22,7	15,5	14,3	23,4	
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	-0,9	-2,1	6,2	1,5	5,9		-2,0	2,4	15,1	0,6	10,4	10,2	
Mercado Nacional	INE	VH	-1,2	-7,1	5,3	-1,5	-1,6		-8,0	-5,9	9,0	-7,6	2,5	-5,2	
Mercado Externo	INE	VH	-0,4	5,7	7,5	5,7	17,4		5,7	14,4	24,8	13,3	22,4	33,8	
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-10	-12	-8,3	-9,3	-9,7	-7,3	-10,0	-11,0	-9,0	-9,0	-6,0	-9,0	-7,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-4,6	-4,7	-4,2	-3,8	-3,5		-3,6	-3,6	-3,4	-3,5	-3,1	-2,7	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu, vcs)	INE	VH	-2,4	-1,1	1,2	1,8	1,3		6,3	-5,4	6,6	2,9	1,1	3,5	
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	1,7	1,2	1,1	6,1	5,5		11,4	-2,5	14,1	4,9	7,9	10,6	
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora															
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-9,2	-5,7	-11,3	-10,3	-8,7	-8,7	-5,3	-6,7	-5,0
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	-17,0	-8,0	-17,0	-16,0	-9,0		:	:	:				

O conjunto das Indústrias Transformadoras, apesar do abrandamento registado em Julho (1,1%), recuperou em Agosto, colocando o crescimento médio da produção em 2,3%, acima dos 1,3% registados no 2º trimestre. Na desagregação do Índice de Produção Industrial (*Quadro 3.4*), confirma-se o elevado dinamismo da Indústria de Fabricação de Equipamento Electrónico e de Óptica, embora em abrandamento (15,8% em Julho e 19,5% em Agosto) face ao crescimento verificado no 2º trimestre (22,4%), sendo a única indústria a registar em Julho e Agosto um crescimento médio a dois dígitos (15,9%). Com um crescimento a dois dígitos, mas apenas em Agosto (13,1%), surge o sector de Fabricação de Material de Transporte, que aparenta estar a consolidar o crescimento positivo verificado no 2º trimestre de 2006 (0,8%), após os crescimentos anuais negativos que o subsector vinha apresentando desde 2002. Salienta-se o bom desempenho da Indústria de Pasta de Papel, com crescimentos da produção de 8,6% e 9,1% em Julho e Agosto, mantendo a tendência de aceleração do crescimento verificada desde Junho. Com melhor comportamento que o verificado no 2º trimestre, encontra-se o subsector da Fabricação de Produtos Químicos (2,5% em Julho-Agosto), da Fabricação de Artigos de Borracha (2,1% em Julho-Agosto) e das Indústrias Metalúrgicas de Base (1,4%). As Indústrias Metalúrgicas de Base, mantêm o crescimento positivo (2,0% em Julho-Agosto), embora em abrandamento face ao 2º trimestre. A Indústria da Madeira, após a quebra de produção verificada no 2º trimestre, registou um comportamento ambíguo nos meses de Julho e Agosto, pois a recuperação verificada em Julho foi praticamente anulada em Agosto. Os subsectores da Indústria do Couro, da Fabricação de Máquinas e Equipamentos e das Indústrias Transformadoras n.e., mantêm a evolução negativa observada no 2º trimestre, embora em abrandamento. Com dinâmicas negativas, encontramos a Indústria Têxtil e a Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos (-2,4% e -3,2% em Julho-Agosto, respectivamente), que acentuam o crescimento negativo do 2º trimestre. Por último, as Indústrias Alimentares e a Fabricação de Produtos Petrolíferos Refinados, apresentam uma inversão (-2,1% e -1,5% em Julho-Agosto, respectivamente) da evolução positiva registada no 2º trimestre (0,5% e 6,2%, respectivamente).

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 3.4 – Índice de Produção Industrial por subsecções <sup>1</sup>, variação homóloga

	peso	Anos			2005				2006		2006				
		2003	2004	2005	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
<b>Índice de Produção Industrial (Total)</b>	<b>100,00</b>	0,1	-2,7	0,3	-1,5	-0,3	0,8	2,2	1,3	2,1	-2,5	7,1	1,8	1,5	4,3
<b>C- Indústrias extractivas</b>	<b>1,86</b>	-9,3	4,2	-2,3	-2,5	-4,4	2,3	-4,2	-6,1	-5,7	-15,0	-5,2	3,3	-12,6	-9,4
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	1,86	-9,3	4,2	-2,3	-2,5	-4,4	2,3	-4,2	-6,1	-5,7	-15,0	-5,2	3,3	-12,6	-9,4
<b>D- Indústrias transformadoras</b>	<b>86,31</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,9</b>	<b>-2,4</b>	<b>-1,1</b>	<b>1,2</b>	<b>0,4</b>	<b>2,7</b>	<b>-5,4</b>	<b>6,6</b>	<b>2,9</b>	<b>1,1</b>	<b>3,5</b>
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	10,94	-0,3	2,4	-0,4	-2,2	-0,4	-0,7	1,8	0,7	0,5	-5,6	9,1	-1,7	-4,4	0,2
DB- Indústria têxtil	12,41	-6,1	-7,4	-9,1	-7,9	-9,8	-9,5	-9,0	-6,3	-3,0	-11,7	2,3	0,8	-2,9	-3,8
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	3,23	-12,8	-7,9	-10,2	-11,9	-14,3	-7,1	-6,7	-6,9	-8,7	-15,2	-5,0	-5,6	-2,5	-6,7
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	3,55	2,4	-3,0	0,2	-6,1	4,5	-2,3	5,1	8,1	-4,2	-8,0	5,1	-8,7	3,9	-3,1
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	9,07	8,7	1,5	0,9	-1,6	1,3	-2,1	6,2	1,1	0,1	-7,4	3,3	4,9	8,6	9,1
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,40	3,5	0,2	2,9	41,3	-12,0	0,7	-3,4	6,7	6,2	7,1	5,3	6,1	-3,3	0,3
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	4,69	4,1	-1,0	-0,7	-2,7	-2,9	2,3	0,7	4,9	2,1	2,3	4,0	0,0	3,3	1,6
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2,87	-0,3	2,9	11,0	3,0	11,5	16,2	13,5	7,1	1,2	-0,4	4,5	-0,4	3,1	1,0
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	8,89	-6,2	0,6	-2,8	-3,5	-2,5	-1,8	-3,4	2,3	-3,0	-4,7	0,7	-5,0	-4,8	-1,4
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	7,82	-1,3	1,0	-2,4	-5,8	-5,5	-2,3	4,5	7,9	5,2	-2,5	11,6	6,3	2,6	1,4
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	4,79	-4,7	-4,6	-2,3	-6,3	-4,6	-1,7	3,7	-1,0	-3,6	-7,0	-2,0	-1,7	-4,7	-1,2
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	6,49	11,1	3,1	7,2	-4,2	3,3	13,6	17,2	12,1	22,4	7,2	23,1	35,4	15,8	19,5
DM- Fabricação de material de transporte	5,42	-6,6	-5,1	-6,2	-7,6	-1,5	-5,0	-10,5	-6,8	0,8	-14,4	17,3	1,8	0,8	13,1
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	3,75	0,2	0,5	-10,0	-12,2	-5,1	-11,8	-10,8	-5,6	-11,8	-16,7	-0,3	-17,1	-9,1	5,9
<b>E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água</b>	<b>11,83</b>	<b>5,2</b>	<b>-16,2</b>	<b>15,9</b>	<b>17,8</b>	<b>18,8</b>	<b>16,1</b>	<b>11,1</b>	<b>-1,5</b>	<b>8,3</b>	<b>19,8</b>	<b>12,5</b>	<b>-6,0</b>	<b>5,9</b>	<b>11,7</b>
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	11,83	5,2	-16,2	15,9	17,8	18,8	16,1	11,1	-1,5	8,3	19,8	12,5	-6,0	5,9	11,7

Fonte: INE

No sector da **Construção** (Quadro 3.5), existem alguns sinais mistos. O Índice de Produção na Construção e Obras Públicas, que reflecte a variação média homóloga a 12 meses, piorou pelo segundo mês consecutivo, apresentando em Julho uma variação de -4,8%. As vendas de cimento, segundo o Banco de Portugal, variaram, em média -6,9%, em Julho-Agosto, o que compara com -7,8% no 2º trimestre. Por outro lado, os indicadores de natureza qualitativa revelam ligeira melhoria na apreciação da actividade nos últimos três meses, seja a nível da construção de edifícios, seja a nível de obras públicas (-25,3 no 3ºT e -32,0 no 2ºT). Ao nível da carteira de encomendas e da perspectiva de emprego para os próximos 3 meses, verifica-se uma estabilização. O Indicador de Confiança na Construção, publicado pelo Eurostat, melhorou ligeiramente para -34,0 (-39,3, SRE no 2º T) e o Indicador de Confiança na Construção e Obras Públicas, publicado pelo INE, manteve-se sem alteração visível no 3º trimestre.

Quadro 3.5 - Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006			2006						
			Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Índice de produção na construção e obras públicas (1)	INE	VH/VM12M	-6,2	-3,2	-4,0	-3,6	-7,6		-4,3	-4,6	-4,4	-4,6	-4,8		
Vendas de cimento (2)	BP	VH	-0,9	-5,5	-1,7	-0,2	-7,8		-0,2	-13,9	-0,1	-9,7	-6,2	-7,6	
Licenciamento de obras	INE	VH	-7,8	-7,3	-5,5	0,1	-7,1		6,9	-22,7	3,4	-2,1	-11,0		
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-38,3	-41,3	-36,0	-35,7	-39,3	-34,0	-37,0	-42,0	-40,0	-36,0	-35,0	-34,0	-33,0
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas															
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-47,7	-47,7	-45,5	-46,0	-48,5	-48,5	-47,5	-47,5	-48,0
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-57,7	-59,7	-62,3	-64,0	-65,7	-65,7	-61,0	-63,0	-66,0	-68,0	-66,0	-65,0	-66,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-22,3	-23,7	-30,0	-28,0	-29,7	-29,7	-30,0	-29,0	-31,0	-29,0	-29,0	-30,0	-30,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-23,7	-22,3	-26,7	-33,0	-32,0	-25,3	-31,0	-33,0	-32,0	-31,0	-24,0	-24,0	-28,0
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-16,0	-18,7	-20,7	-19,0	-20,3	-22,3	-18,0	-20,0	-20,0	-21,0	-25,0	-21,0	-21,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-3,7	-3,1	-3,6	-4,7	-6,1		-5,2	-5,3	-6,0	-7,0	-7,4		

(1) Utiliza-se a variação Homóloga para os trimestres e a Variação Média dos últimos 12 meses para a evolução mensal.

(2) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

<sup>1</sup> Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

No sector dos **Serviços**, transparecem alguns sinais de recuperação, através de um crescimento positivo do Volume de Negócios, suportado por expectativas de vendas mais favoráveis e por uma melhoria geral do ambiente económico, que se tem traduzido na elevação dos níveis de confiança do sector.

O Índice de Volume de Negócios nos Serviços de Julho (*Quadro 3.6*) apresenta a mais elevada taxa de crescimento homóloga registada desde o início do ano de 2006 (2,3%), claramente superior à evolução registada no 1º e 2º trimestres (0,8% e -0,9% respectivamente). Ao longo deste 3º trimestre, a expectativa de aumento de vendas tem sido positiva. O indicador qualitativo que revela a tendência do volume de vendas, corrigido de sazonalidade, apresenta um saldo ascendente que culminou com o valor de 12,7 em Setembro. Em termos trimestrais, a evolução de Julho a Setembro, que atingiu um saldo de 8,2, é bastante mais favorável do que a dos dois trimestres anteriores (2,7 no 2ºT e 5,0 no 1ºT).

Esta melhoria do ambiente económico reflecte-se também ao nível da confiança na performance futura do sector. No mês de Setembro, os Indicadores de Confiança do Eurostat e do INE apresentam valores favoráveis e muito próximos (7,0 e 7,1, SRE, respectivamente). O 3º trimestre apresenta os mais elevados saldos dos níveis de confiança, registados desde o início do ano (3,7 e 4,4 no 3ºT para o Eurostat e INE, respectivamente). O indicador referente à actividade da empresa nos últimos 3 meses só agora entra em terreno positivo (0,8 em Setembro), evidenciando a melhoria geral de clima no sector. O Índice de Emprego nos Serviços caiu ligeiramente no mês de Julho, face ao período homólogo do ano anterior (-0,4% face a -0,2% em Junho) mas a revisão em alta, feita pelo INE, da taxa do 2º trimestre para os -0,5%, permite perspectivar a manutenção de uma recuperação muito modesta do emprego para os próximos três meses.

Quadro 3.6 – Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006			2006						
			Trim 2	Trim 3	Trim 4	Trim 1	Trim 2	Trim 3	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
<b>Serviços</b>															
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH,M3M	1,2	-0,7	-0,8	-0,8	-0,9		-0,8	-2,6	0,5	-0,7	2,3		
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	2,0	2,4	8,4	5,0	2,7	8,2	1,7	0,0	-2,3	10,5	5,7	6,2	12,7
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-2,0	-2,7	-0,7	-4,3	0,7	3,7	-5,0	-4,0	0,0	6,0	4,0	0,0	7,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	-2,7	-2,8	-0,4	-2,8	1,2	4,4	-5,3	-3,5	-1,3	8,4	7,3	-1,4	7,1
Carteira de encomendas-últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-6,0	-3,4	-1,2	-4,5	0,2	1,5	-6,1	-4,9	-4,0	9,4	5,6	-6,3	5,3
Actividade da empresa-últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-11,3	-10,2	-9,6	-11,6	-6,0	-2,9	-12,4	-10,3	-6,3	-1,4	-3,5	-5,9	0,8
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	9,1	5,3	9,4	7,7	9,4	14,4	2,7	4,8	6,4	17,2	20,0	7,9	15,3
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	-1,9	-1,4	-1,1	-1,1	-0,5		-1,1	-0,9	-0,5	-0,2	-0,4		
<b>Comércio</b>															
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-14,4	-12,2	-12,8	-14,7	-10,9	-10,5	-21,6	-10,5	-19,7	-2,6	-10,6	-11,0	-9,8
Indicador de confiança no Comércio	INE	VE/M3M	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-9,5	-6,8	-8,3	-8,1	-10,2	-9,5	-9,7	-7,8	-6,8
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-9,5	-6,8	-13,1	-5,2	-12,5	-10,7	-5,8	-6,9	-7,8
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	1,6	-8,4	-2,0	1,9	2,0	3,2	0,9	5,8	-0,4	0,7	2,5	0,6	6,4
Nível de existências	INE	SRE-VE	3,1	5,9	5,4	7,1	8,6	5,0	12,9	4,7	9,7	11,4	5,0	5,5	4,5
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	4,1	0,2	0,8	0,3	-1,4		0,1	-0,7	1,7	-5,1	5,0	2,5	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho(2)	INE	SRE-VE	-16,0	-12,0	-9,0	-16,0	-15,0		-27,0	-13,0	-26,0	-5,0	-18,0	-9,0	
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-10,0	-18,3	-16,0	-13,3	-14,7	-13,7	-19,0	-11,0	-20,0	-13,0	-10,0	-12,0	-19,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-10,1	-18,6	-14,8	-12,1	-14,2	-14,3	-18,1	-7,1	-20,3	-15,2	-9,5	-13,9	-19,5
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,9	1,3	0,9	0,8	1,1		0,8	0,7	0,8	1,1	1,3	0,9	
Bens alimentares	INE	VH	1,4	2,7	1,7	1,7	1,9		1,7	1,8	2,1	1,9	1,6	1,8	
Bens não alimentares	INE	VH	0,6	0,3	0,4	0,3	0,6		0,3	0,1	0,0	0,6	1,2	0,3	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-13,1	-12,3	-15,6	-14,1	-7,8	-6,6	-17,0	-8,7	-14,3	-0,5	-4,3	-12,5	-2,9
Encomendas a fornecedores	INE	SRE-VE	-3,7	-17,0	-14,8	-12,5	-4,7	0,0	-15,7	-6,9	-4,9	-2,2	-0,1	-2,8	2,9
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-5,6	-8,6	-6,5	-5,1	-5,5	-0,7	-8,8	-3,6	-5,9	-7,1	-2,8	-1,2	1,7

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis

(2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

No sector do **Comércio** (*Quadro 3.6*), é patente uma melhoria das perspectivas da actividade futura e da envolvente do clima de negócios, através do desagravamento dos níveis de confiança, em particular no Comércio por Grosso, da melhoria do Volume de Negócios no Comércio a Retalho e das expectativas do Volume de Vendas no Comércio por Grosso.

O indicador qualitativo referente ao Volume de Vendas no **Comércio** registou uma ligeira melhoria no 3º trimestre (-10,5, SRE) face ao valor registado no 2º trimestre (-10,9), onde o mês de Setembro apresenta o saldo menos negativo (9,8, SRE) dos últimos 6 meses. O Indicador de Confiança regista um desagravamento no 3º trimestre (-6,8) face aos dois últimos trimestres (-8,3 no 1ºT e -9,5 no 2ºT), sendo acompanhado pela melhoria das perspectivas da actividade futura, que atinge um saldo de 3,2 no 3º trimestre (1,9 no 1ºT e 2,0 no 2ºT), onde se destaca o mês de Setembro com o saldo mais elevado dos últimos 6 meses (6,4). O indicador de Actividade Mensal apresenta no 3º trimestre o saldo menos negativo do ano (-18,7, SRE), enquanto que também se continua a verificar uma menor acumulação de existências em armazém (5,0 no 3ºT e 8,6 no 2ºT).

No subsector **Comércio a Retalho**, o Índice Deflacionado do Volume de Negócios apresentou um crescimento homólogo negativo de -1,4% (M3M) no 2º trimestre de 2006. No entanto, a evolução dos dois primeiros meses do 3º trimestre é indiciadora de uma recuperação, com crescimentos positivos para o mês de Julho (5,0%) e Agosto (2,5%). Também o Volume de Vendas no Comércio a Retalho melhorou, registando um saldo médio de -8,5 para os meses de Julho e Agosto, superior ao registado no 2º trimestre (-15,0). Do segundo para o 3º trimestre, ocorre um ligeiro desagravamento dos níveis de confiança, evidenciado pelo indicador do Eurostat (-13,7 no 3ºT e -14,7 no 2ºT) e do INE (-14,3 no 3ºT e -14,2 no 2ºT). De assinalar, a boa evolução do emprego no Comércio a Retalho, que registou uma evolução positiva entre o primeiro (0,8%, VH) e o 2º trimestre (1,1%) e que mantém, embora com alguma desaceleração, esse ritmo de crescimento em Julho (1,3%) e Agosto (0,9%).

No subsector **Comércio por Grosso**, o indicador qualitativo relativo ao Volume de Vendas tem vindo a melhorar consistentemente desde o 1º trimestre do ano, atingindo no 3º trimestre um saldo de -6,6, o menos negativo desde o 2º trimestre de 2005. No mês de Setembro o indicador de confiança do comércio por grosso, que vinha registando saldos negativos desde Janeiro de 2003, entra em terreno positivo (1,7, SRE e -0,7 no 3ºT). O mesmo acontece com o indicador relativo às Perspectivas de Encomendas Futuras a Fornecedores, que atinge 0,0 no 3º trimestre, devido a um mês de Setembro favorável, que obtém o saldo mais elevado desde Maio de 2002 (2,9).

Figura 3.1 – Indicadores de Confiança

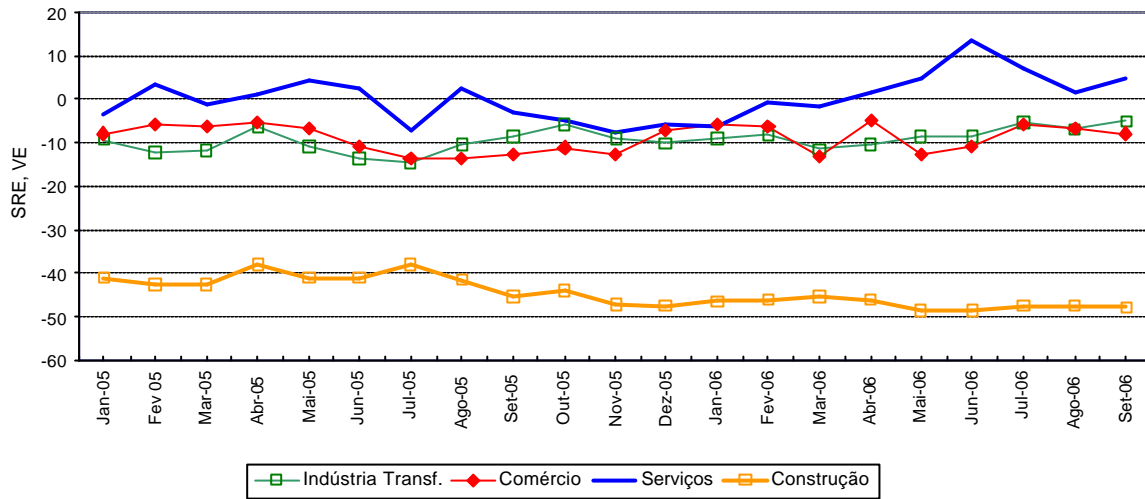
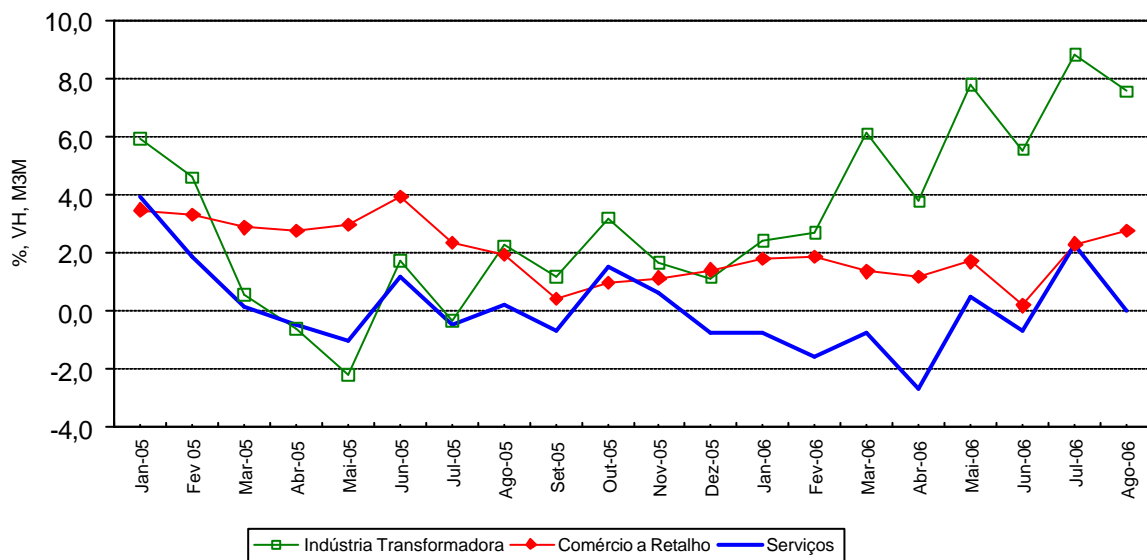


Figura 3.2 – Índice de Volume de Negócios



#### 4. Competitividade: *Ease of Doing Business 2006*

O Banco Mundial divulgou no início do corrente mês de Setembro o quarto relatório anual *Doing Business 2007: How to Reform*, que disponibiliza informação referente ao índice “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*) 2006, com dados reportados a Abril de 2006. Este índice é apresentado como um ranking que compara 175 economias, mais 20 do que em 2005. Incide em 10 áreas de negócios que podem ser afectadas por regulamentações em vigor: criação de empresas, processo de licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção dos investidores, fiscalidade, procedimentos alfandegários, efectivação de contratos e encerramento de empresas.

Cada uma destas áreas é composta por indicadores quantitativos, num total de 33 (*ver Quadro 4.1*), que se debruçam sobre questões ligadas à regulamentação de negócios e à protecção dos direitos de propriedade.

Como limitação, o relatório refere o facto de a metodologia não abarcar áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país a grandes mercados, a qualidade dos serviços infraestruturais a segurança da propriedade em termos de roubo/saque, entre outros.

Os resultados são baseados em respostas a questionários quantitativos e qualitativos fornecidas por parceiros locais nos diversos países. No caso de Portugal, incluem-se gabinetes de advogados, empresas de consultoria, associações empresariais e a Direcção-Geral de Registos e Notariado.

Nesta edição do *ranking* “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações, pelo que o *ranking* de 2005 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 175 economias analisadas.

Na presente abordagem, seleccionaram-se 29 países para objecto de análise, nomeadamente os cinco primeiros classificados, os países da UE25<sup>1</sup> e o Japão. O *Quadro 5.2* apresenta para estes países os rankings do indicador agregado “Facilidade em Fazer Negócios” para 2005 e 2006, assim como os referentes a cada uma das 10 áreas para o ano de 2006.

Em 2006, as cinco primeiras posições são ocupadas por países que não pertencem à UE25, surgindo Singapura em 1º lugar, seguida da Nova Zelândia, dos EUA, do Canadá e de Hong-Kong. Da UE25, as melhores posições cabem, sequencialmente, ao Reino Unido (5ª posição), à Dinamarca (6ª), à Noruega (9ª) e à Irlanda (10ª). O Japão queda-se pelo 11º lugar.

Dos países do alargamento, a Lituânia e a Estónia são as economias melhor classificadas, 16º e 17º lugares, respectivamente, estando à frente de países como a Alemanha (21º), a Holanda (22º) e a França (35º). Portugal está na 40ª posição, à frente da Itália (82ª) e da Grécia (109ª) e de quatro países do alargamento (República Checa, Eslovénia, Hungria e Polónia). A Espanha está na 39ª posição, um lugar acima de Portugal.

Em termos de evolução entre 2005 e 2006, os países que registam as subidas mais acentuadas são a França<sup>2</sup> (de 47º para 35º lugar), a Letónia (de 31º para 24º) e Portugal (de 45º para 40º). As maiores descidas verificam-se na Itália (de 69º para 82º lugar), na Hungria (de 60º para 66º) e na Eslovénia (de 56º para 61º).

---

<sup>1</sup> Não inclui o Luxemburgo e Malta, porque não constam do grupo dos 175 países analisados.

<sup>2</sup> A França foi o único país da UE classificado no grupo dos *Top 10 Reformers in 2005/2006*. Os restantes países foram: Geórgia, Roménia, México, China, Peru, Croácia, Guatemala, Gana e Tanzânia.

Em relação a Portugal, a melhoria de posição do índice agregado, de 45º para 40º lugar entre 2005 e 2006, fica a dever-se essencialmente à significativa subida na área da Criação de Empresas, passando de 113º para 33º lugar do *ranking*. Esta melhoria de *performance* em 2006 reflecte as medidas implementadas no âmbito da criação de empresas, nomeadamente, a da “Empresa na Hora”. Em seis das dez áreas as evoluções no ranking são nulas ou marginais: Processo de Licenciamento, Contratações e Despedimentos, Protecção dos Investidores, Procedimentos Alfandegários, Efectivação de Contratos Comerciais e Encerramento de Empresas. Nas restantes três áreas os movimentos são de descida no *ranking*: Registo de Propriedade, Obtenção de Crédito e Fiscalidade.

Tendo como referência a posição relativa no índice agregado em 2006 (40º lugar), agruparam-se as dez áreas consoante as respectivas *performances* se situem acima, abaixo ou muito abaixo daquela referência. Igualmente se faz uma breve análise comparativa entre Portugal e os países seleccionados (ver Quadros 4.1 e 4.2).

***Desempenhos acima da média do índice agregado:***

- ◆ **Encerramento de Empresas 18º lugar** (mesmo que em 2005). De distinguir o Japão (1º lugar), sendo a Noruega e a Finlândia os países da UE melhor posicionados. A Espanha detém o 15º lugar, ligeiramente acima de Portugal.
- ◆ **Procedimentos Alfandegários: 27º lugar** (28º em 2005). O 1º lugar pertence a Hong-Kong, sendo de destacar os países nórdicos (2º, 3º e 5º lugares para a Finlândia, Dinamarca e Noruega, respectivamente) e o 6º lugar da Estónia. A Espanha está na 25ª posição, ligeiramente à frente de Portugal.
- ◆ **Criação de Empresas 33º lugar** (113º lugar em 2005). A Espanha queda-se na 102ª posição, muito atrás de Portugal. Os países anglo-saxónicos lideram nesta área, cabendo a 1ª posição ao Canadá
- ◆ **Protecção dos Investidores 33º lugar** (mesmo que em 2005). Os países anglo-saxónicos distinguem-se nesta área, com a Nova Zelândia a liderar e a Irlanda e o Reino Unido a registarem os melhores desempenhos da UE. A Espanha está na 83ª posição, muito abaixo de Portugal.
- ◆ **Efectivação de Contratos Comerciais 35º lugar** (34º em 2005). Os países nórdicos destacam-se nos três primeiros lugares (Dinamarca, Suécia e Noruega, respectivamente) sendo de referir a Lituânia com o 4º lugar. A Espanha está no 42º lugar, 7 lugares abaixo de Portugal.

***Desempenhos abaixo da média do índice agregado:***

- ◆ **Fiscalidade: 61º lugar:** (57º em 2005). De distinguir a 2ª posição da Irlanda. A Espanha queda-se pela 112ª posição, muito abaixo de Portugal.
- ◆ **Obtenção de Crédito: 65º lugar:** (59º em 2005). Há que distinguir o Reino Unido (que lidera) e a Alemanha, como os países da UE melhor colocados. A Espanha detém a 21ª posição, muito acima de Portugal.
- ◆ **Registo de Propriedade: 98º lugar:** (95º em 2005). Esta área é liderada pela Nova Zelândia, sobressaindo a Lituânia e a Eslováquia como os países da UE com melhor desempenho. A Espanha, com a 33ª posição, situa-se muito acima de Portugal.

***Desempenhos muito abaixo da média do índice agregado:***

- ◆ **Processo de Licenciamento: 115º lugar** (114º em 2005). O Japão e a Dinamarca distinguem-se pela sua boa *performance*. A Estónia surge à frente de todos os países da UE (com excepção da Dinamarca). A Espanha ocupa o 53º lugar do *ranking*, muito acima de Portugal.

- ♦ **Contratações e Despedimentos: 155º lugar** (156º em 2005). Os EUA lideram nesta área, destacando-se a Dinamarca como o país da UE melhor classificado. A Espanha posiciona-se em 161º lugar, 6 posições abaixo de Portugal.

Em síntese, é possível retirar os seguintes comentários em termos de *rankings*:

- Com excepção da área Criação de Empresas, as áreas que evidenciam melhores desempenhos (Encerramento de Empresas, Procedimentos Alfandegários, Protecção dos Investidores e Efectivação de Contratos Comerciais) coincidem com as que mantêm praticamente as mesmas posições em 2006 face a 2005.
- As áreas com desempenhos abaixo da média (Fiscalidade, Obtenção de Crédito e Registo de Propriedade) são as que registam as maiores evoluções negativas entre 2005 e 2006.
- As áreas com as piores posições relativas em 2006 (Processo de Licenciamento e Contratações e Despedimentos) mantêm praticamente posições idênticas às de 2005.
- Em relação à Espanha (39º lugar em 2006), Portugal apresenta melhores posicionamentos nas áreas Criação de Empresas, Protecção dos Investidores, Efectivação de Contratos Comerciais, Fiscalidade e Contratações e Despedimentos e piores desempenhos nas áreas Encerramento de Empresas, Obtenção de Crédito, Procedimentos Alfandegários, Registo de Propriedade e Processo de Licenciamento.

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos  
**Quadro 4.1. Áreas e indicadores do agregado "Facilidade em Fazer Negócios" – 2006**

Áreas	Indicadores	Portugal	Espanha	OCDE	Nº de ordem em 175 países	
					Portugal	Espanha
<b>Indicador Agregado "Facilidade em Fazer Negócios"</b>					<b>40</b> <i>(45)</i>	<b>39</b> <i>(38)</i>
<b>Criação de empresas</b> (Procedimentos, tempo e custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada)	Número de procedimentos	8	10	6,2		
	Número de dias	8	47	16,6	33	102
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i> )	4,3	16,2	5,3	<i>(113)</i>	<i>(94)</i>
	Capital mínimo a depositar para obtenção do registo (% do rendimento <i>per capita</i> )	38,7	14,6	36,1		
<b>Processo de licenciamento</b> (Todos os procedimentos, tempo e custos requeridos na construção de um armazém normalizado)	Número de procedimentos	20	11	14,0		
	Número de dias	327	277	149,5	115	53
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i> )	60,3	65,7	72,0	<i>(114)</i>	<i>(54)</i>
<b>Contratações e despedimentos</b> (Flexibilidade das regulamentações de contratação e despedimento de trabalhadores assim como os custos de contratação e de despedimento)	Índice de rigidez de emprego. Varia entre 0 e 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações. Corresponde a uma média dos três índices:	51	63	33,3		
	- Índice de dificuldade de contratação	33	78	27,0		
	- Índice de rigidez de horas	60	60	45,2		
	- Índice de dificuldade de despedimento	60	50	27,4	155	161
	Custos de contratação (% do salário)	23,8	30,1	21,4	<i>(156)</i>	<i>(163)</i>
	Custos de despedimento (semanas de ordenados)	98,7	56,3	31,3		
<b>Registo de propriedade</b> (Etapas, tempo e custos envolvidos no registo de propriedades)	Número de procedimentos	5	3	4,7		
	Número de dias	81	17	31,8	98	33
	Custos (% do valor da propriedade)	7,4	7,2	4,3	<i>(95)</i>	<i>(36)</i>
<b>Obtenção de crédito</b> (Direitos do credor e registos de informação de crédito na expansão do acesso ao crédito)	Índice de direitos legais (Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito)	4	5	6,3		
	Índice de informação de crédito (Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação de crédito)	4	6	5	65	21
	Cobertura de registos públicos de antecedentes de crédito (% da população adulta)	72,0	44,9	8,4	<i>(59)</i>	<i>(19)</i>
	Cobertura de agências privadas de antecedentes de crédito (% da população adulta)	9,1	7,4	60,8		
<b>Protecção dos investidores</b> (Nível de protecção dos accionistas minoritários em face da má utilização dos activos da empresa)	Índice de protecção dos investidores (Varia entre 0 e 10, com os valores mais altos a representar condições mais favoráveis). Inclui três dimensões:	6,0	5,0	6,0		
	- Índice de divulgação da informação (transparência das transacções)	6	5	6,3	33	83
	- Índice de responsabilidade dos directores das empresas	5	6	5,0	<i>(33)</i>	<i>(81)</i>
	- Índice de facilidade dos accionistas em processar judicialmente os funcionários por má conduta	7	4	6,6		
<b>Fiscalidade</b> (Impostos que uma empresa de dimensão média deve pagar ou reter num dado ano e peso administrativo no pagamento de impostos)	Fiscalidade anual efectiva para uma empresa de dimensão média, medida através de:					
	Número de pagamentos a efectuar	7	7	15,3	61	112
	Número de horas a dispendir	328	602	202,9	<i>(57)</i>	<i>(103)</i>
	Total do imposto a pagar (% do lucro bruto)	47,0	59,1	47,8		
<b>Procedimentos alfandegários</b> (Custos e procedimentos envolvidos na importação e exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens).	Número de documentos para exportação	4	4	4,8		
	Número de dias para exportação	14	9	10,5		
	Custos para exportação (US\$ por contentor)	495	1 050	811	27	25
	Número de documentos para importação	9	5	5,9	<i>(28)</i>	<i>(24)</i>
	Número de dias para importação	17	10	12,2		
<b>Efectivação de contratos comerciais</b> (Eficiência do sistema judicial na resolução de uma disputa comercial, custos e número de procedimentos envolvidos)	Custos para importação (US\$ por contentor)	994	1 050	883		
	Número de procedimentos	24	23	22,2	35	42
	Número de dias	495	515	351,2	<i>(34)</i>	<i>(41)</i>
<b>Encerramento de empresas / falências</b> (Tempo, custos e resultados dos procedimentos de falência de empresas)	Custos (% da dívida)	14,5	15,7	11,2		
	Número de anos para completar o processo de falência	2,0	1,0	1,4	18	15
	Custos (% do património)	9	14,5	7,1	<i>(18)</i>	<i>(15)</i>
	Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	75,0	77,6	74,0		

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business 2007*; Nota: ( ) - valores de 2005 recalculados, comparáveis com 2006.

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 4.2

Facilidade em Fazer Negócios (Ease of Doing Business) - Ranking 2006

Número de ordem em 175 países

Economia	Facilidade em Fazer Negócios		Criação de empresas	Processo de licenciamento	Contratações e despedimentos	Registo de propriedade	Obtenção de crédito	Protecção dos investidores	Fiscalidade	Procedimentos alfandegários	Efectivação de contratos	Encerramento de empresas
	2005	2006										
Singapura	2	1	11	8	3	12	7	2	8	4	23	2
Nova Zelândia	1	2	3	18	10	1	3	1	10	12	15	21
EUA	3	3	3	22	1	10	7	5	62	11	6	16
Canadá	4	4	1	32	13	22	7	5	22	8	16	5
Hong Kong, Chin	6	5	5	64	16	60	2	3	5	1	10	14
Reino Unido	5	6	9	46	17	19	1	9	12	14	22	10
Dinamarca	7	7	14	6	15	36	13	19	15	3	1	20
Noruega	8	9	21	14	109	6	33	15	16	5	3	3
Irlanda	10	10	6	20	83	80	6	7	5	2	30	24
Japão	12	11	18	2	36	39	13	12	98	19	5	1
Suécia	14	13	20	17	94	7	33	46	39	9	2	17
Finlândia	13	14	18	35	111	15	21	46	75	2	13	6
Lituânia	15	16	48	23	119	3	33	60	40	32	4	30
Estónia	17	17	51	13	151	23	48	33	29	6	20	47
Bélgica	20	20	37	48	23	158	48	12	60	36	21	8
Alemanha	21	21	66	21	129	42	3	83	73	7	29	28
Holanda	22	22	38	80	86	20	13	99	82	16	31	9
Letónia	31	24	25	65	123	82	13	46	52	28	11	62
Áustria	30	30	74	50	103	28	21	142	102	15	14	19
França	47	35	12	26	134	160	48	60	91	26	19	32
Eslováquia	34	36	63	47	72	5	13	118	114	88	59	31
Espanha	38	39	102	53	161	33	21	83	112	25	42	15
<b>Portugal</b>	<b>45</b>	<b>40</b>	<b>33</b>	<b>115</b>	<b>155</b>	<b>98</b>	<b>65</b>	<b>33</b>	<b>61</b>	<b>27</b>	<b>35</b>	<b>18</b>
República Checa	50	52	74	110	45	58	21	83	110	41	57	113
Eslovénia	56	61	98	63	146	97	48	46	84	108	84	35
Hungria	60	66	87	143	90	103	21	118	118	76	12	48
Polónia	74	75	114	146	49	86	65	33	71	102	112	85
Itália	69	82	52	104	101	53	65	83	117	110	141	49
Grécia	111	109	140	55	166	94	83	156	108	123	48	34

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2007.

## 5. Agenda

### 5.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<b><i>Simplificação do Sistema Fiscal Nacional</i></b>	<p>O Conselho de Ministros, de 28 de Setembro de 2006, aprovou entre outros diplomas, o Decreto-Lei que introduz alterações em legislação fiscal, simplificando e racionalizando obrigações e procedimentos, no sentido da diminuição dos custos de cumprimento impostos aos cidadãos e empresas e da transparência do ordenamento fiscal nacional.</p> <p>Com estas alterações, pretende-se: (i) aprofundar a desmaterialização de actos e procedimentos com recurso aos meios informáticos; (ii) concretizar medidas específicas do Programa de Simplificação «Simplex 2006», nomeadamente a que prevê o início do pré-preenchimento das declarações de rendimentos do IRS enviadas pela Internet; (iii) alargar a dispensa de apresentação da declaração de rendimentos a pensionistas de baixos rendimentos; (iv) eliminar obrigações de comunicação à Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) de informação acessória da qual não se retira utilidade para a avaliação e/ou controlo da situação tributária dos contribuintes.</p> <p>Este processo reformista passa, nomeadamente, pela atribuição de valor jurídico a documentos emitidos por via electrónica no âmbito do procedimento tributário.</p>
<b><i>Privatizações</i></b>	<p>Foi aprovado, em Conselho de Ministros de 28 de Setembro de 2006, o Decreto-Lei que concretiza o processo de reprivatização de parte do capital social da REN, Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.</p> <p>Este processo de privatização consiste na alienação da participação do Estado no capital social da REN, até um montante que não exceda 19% do respectivo capital social, concretizando-se através de uma oferta pública de venda e prevista no Programa de Reprivatizações para o biénio 2006-2007, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2006, de 28 de Fevereiro.</p>
<b><i>Empresa na Hora até final de 2006</i></b> <b><i>Melhoria do Ambiente Empresarial</i></b>	<p>O programa “Empresa na Hora”, que permite a constituição imediata de sociedades comerciais, prossegue com mais dez novos locais de atendimento, a funcionar em Conservatórias de Registo Comercial e em vários pontos do país, até ao final de 2006.</p> <p>Deste modo, eleva-se para 48 o número de locais onde é possível constituir uma “Empresa na Hora”, sabendo que, desde Junho de 2006, este serviço já cobria todos os distritos de Portugal continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.</p> <p>Prevê-se que a abertura destes novos postos decorra entre Setembro e Dezembro de 2006 segundo o seguinte plano:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Setembro de 2006 - 1.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Guimarães e Conservatória do Registo Predial e Comercial de São João da Madeira;</li><li>▪ Outubro de 2006 - Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, Conservatória do Registo Predial e Comercial de Odivelas, 1.ª Conservatória do Registo Predial e Comercial de Vila Franca de Xira e</li></ul>

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Iniciativa	Sumário
	<p>Conservatória do Registo Predial e Comercial do Bombarral;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Novembro de 2006 - Conservatória do Registo Comercial de Cascais, Conservatória do Registo Predial e Comercial de Portimão e Conservatória do Registo Predial e Comercial de Chaves.</li><li>▪ Dezembro de 2006 - Conservatória do Registo Predial e Comercial de Vila Nova de Cerveira.</li></ul> <p>Desde o início do projecto em Julho de 2005, e até 31 de Agosto, já foram constituídas 11132 mil empresas na hora. Em Agosto, o tempo médio de constituição de uma empresa foi de 58 minutos. A adesão na Hora aos centros de arbitragem foi solicitada por 735 empresas das 1441 possíveis. Só em Agosto constituíram-se 1285 empresas, a uma média de 58,4 por dia.</p> <p>Registe-se que o relatório Doing Business 2005/2006 do Banco Mundial coloca Portugal entre os 10 países onde é mais rápido constituir empresas, atribuindo este resultado ao projecto Empresa na Hora.</p> <p>No mesmo relatório, Portugal foi considerado o «top reformer in business entry» em 2005/06 e no ranking geral de «ease on doing business», que engloba parâmetros de ordem muito diversa (obtenção de crédito, contratação de trabalhadores, execução de contratos, entrada em funcionamento de negócios, licenciamentos, etc.) Portugal subiu de 45º para 40º devido às facilidades acrescidas em «starting a business» (ver a secção 4 deste mesmo Boletim).</p>
<b>Turismo</b>	<p>Portugal participou na VI Cimeira Ibero-Americana de Ministros do Turismo, que decorreu na 1ª semana de Setembro de 2006 no Uruguai.</p> <p>O Secretário de Estado do Turismo português sublinhou a importância de eliminar os constrangimentos ainda existentes ao desenvolvimento de negócios e à captação de voos nos países da América Central e do Sul, que impedem um maior fluxo na região ibero-americana.</p> <p>Na sua intervenção, solicitou a inclusão de um ponto na Declaração Final da Cimeira que permita estreitar os laços entre os agentes públicos e privados do Turismo, contribuindo para um investimento estrangeiro privado tenha um desenvolvimento e um crescimento realmente estruturante</p>

## 5.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<i>Grandes Opções do Plano para 2007</i> Lei n.º 52/2006 - I Série n.º 169, de 01/09	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2007, que se inserem no plano de desenvolvimento económico e social definido no Programa do Governo, nas Grandes Opções do Plano para 2005-2009, no Plano de Acção para o Crescimento e Emprego e no Plano de Estabilidade e Crescimento. A presente Lei estabelece as medidas que no próximo ano concretizam as orientações preconizadas nos programas de médio e longo prazo acima referidos e apresenta o balanço da acção do Governo durante os dois últimos anos. As principais medidas para o próximo ano têm por objectivo: a consolidação das finanças públicas, a modernização da Administração Pública, a qualificação dos recursos humanos e o desenvolvimento científico e tecnológico.
<i>Comercialização de Gás Natural</i> Portaria n.º 929/2006 - I Série n.º 173, de 07/09	Aprova o modelo de licença de comercialização de gás natural em regime livre. Pela apreciação do procedimento de emissão e de transmissão da licença de comercialização de gás natural é devida à Direcção-Geral de Geologia e Energia uma taxa de 2 500 € e 1 250 € respectivamente.
<i>Comercialização de Gás Natural</i>	Aprova o modelo de licença de comercialização de gás natural de último

**Ministério da Economia e da Inovação**  
**Gabinete de Estratégia e Estudos**

<b>Assunto Diploma</b>	<b>Sumário</b>
Portaria n.º 930/2006 - I Série n.º 173, de 07/09	recurso a atribuir à Transgás Indústria, S.A. em 1de Janeiro de 2007
<i>Privatização da PORTUCEL</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2006 - I Série n.º 176, de 12/09	Fixa as condições de alienação das acções representativas do capital social da Portucel através das modalidades de oferta pública de venda no mercado nacional, de venda directa a instituições financeiras e de venda directa e subsequente emissão pela Parpública, Participações Públicas (SGPS) S.A. de obrigações que tenham como activo subjacente acções representativas do capital social da Portucel e sejam susceptíveis de conversão em tais acções ou de reembolso em numerário
<i>Privatização da GALP Energia</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2006 - I Série n.º 176, de 12/09	Concretiza as condições nos termos das quais se vai realizar a 4.ª fase de reprivatização do capital social da Galp Energia SGPS, S.A. (Galp), mediante a realização de uma oferta pública de venda (OPV) e de uma venda directa de um bloco de acções representativas do capital social desta empresa, numa percentagem não superior a 25% das acções representativas do capital social da Galp.
<i>URBCOM - PRIME</i> Despacho n.º 19 624-G/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 185, de 25/09 (2.º Suplemento)	Determina a abertura, durante 30 dias úteis, da 2.ª fase para apresentação de candidaturas ao URBCOM, Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial. A dotação orçamental para esta fase de candidaturas é de 4 milhões de euros
<i>SIED - Sistema de Incentivos à Economia Digital - PRIME</i> Despacho n.º 19 624-F/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 185, de 25/09 (2.º Suplemento)	Determina a abertura, durante 30 dias úteis, da 2.ª fase para apresentação de candidaturas ao Sistema de Incentivos à Economia Digital. A dotação orçamental para esta fase de candidaturas é de 10 milhões de euros.
<i>SIME - Internacional - PRIME</i> Despacho n.º 19 624-E/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 185, de 25/09 (2.º Suplemento)	Determina a abertura, durante 30 dias úteis, de uma nova fase de selecção de projectos no âmbito do SIME - Internacional - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial - Desenvolvimento Internacional. A dotação orçamental para esta fase de candidaturas é de 10 milhões de euros, sendo 4 milhões de euros afectos a projectos apresentados por novos exportadores e os restantes seis milhões para projectos considerados gerais.
<i>PRIME- Qualificação de Recursos Humanos</i> Despacho n.º 19 624-D/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 185, de 25/09 (2.º Suplemento)	Determina a suspensão de candidaturas à medida relativa à qualificação de Recursos Humanos, prevista pela Portaria n.º 1318/2005, de 26 de Dezembro.
<i>SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais - PRIME</i> Despacho n.º 19 624-C/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 185, de 25/09 (2.º Suplemento)	Determina a abertura de uma nova fase de selecção de projectos no âmbito do SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, a qual decorrerá durante 30 dias úteis. Os projectos candidatos deverão enquadrar-se nas seguintes áreas: factores dinâmicos de competitividade, indústria, serviços, comércio e turismo. A dotação orçamental para esta fase de candidaturas é de 10 milhões de euros divididos em partes iguais por cada uma das áreas referidas.
<i>QCA III - PRIME - Suspensão de Candidaturas</i> Despacho n.º 19 624-B/2006 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 185, de 25/09 (2.º Suplemento)	Suspende, a partir de 26 de Setembro, a apresentação de candidaturas às seguintes medidas: Apoiar as parcerias empresariais; Dinamizar mecanismos de inovação financeira empresarial; Internacionalizar a Economia, Apoio à requalificação de áreas de produção mineral; SICE, Sistema de Incentivos à Cooperação Empresarial. A partir de 9 de Outubro estarão suspensas as seguintes candidaturas: SIUPI, Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial; SIME - I&DT, Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial - Investigação e Desenvolvimento; NITEC, Sistema de Incentivos à criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial; Programa Quadros; Medida «Apoio a infra-estruturas tecnológicas, da formação e da qualidade»; Medida «Apoio a infra-estruturas associativas»; Medida «Apoio às infra-estruturas turísticas». O URBCOM, Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial fica suspenso a partir de 16 de Outubro de 2006, para as candidaturas de empresas e, a partir de 24 do mesmo mês, para os promotores globais.
<i>Sistema Nacional de Gás Natural</i> Despacho n.º 19 624-A/2006 da	Aprova o Regulamento de Relações Comerciais, o Regulamento Tarifário, o Regulamento do Acesso às Redes, às Infra-Estruturas e às Interligações e o Regulamento da Qualidade de Serviço relativos ao Sistema Nacional de Gás

**Ministério da Economia e da Inovação**  
Gabinete de Estratégia e Estudos

<b>Assunto Diploma</b>	<b>Sumário</b>
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - II Série - Parte E n.º 185, de 25/09 (Suplemento)	Natural. Estes Regulamentos entram em vigor a 26 de Setembro de 2006.
<i>Reforma do Sistema Judicial</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2006 - I Série n.º 185, de 25/09	Aprova orientações e procede à calendarização de um vasto conjunto de iniciativas legislativas tendo em vista aprofundar a eficiência do sistema judiciário. Essas medidas visam: A reforma do Código Penal; A reforma do Código de Processo Penal; A criação de um sistema de mediação penal; A reforma do sistema de execução das penas e medidas privativas da liberdade; A revisão do mapa judiciário; Alterações ao regime da acção executiva; A revisão do modelo de acesso à magistratura; A revisão do modelo de acesso e formação de magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais; A revisão dos Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público; O aprofundamento da autonomia do Conselho Superior da Magistratura; O aperfeiçoamento do regime jurídico do acesso ao direito e aos tribunais, e A simplificação e modernização do regime jurídico das custas processuais.
<i>POCI 2010 – QCA III</i> Despacho n.º 19 670/2006 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - II Série - Parte C n.º 186, de 26/09	Publica o Regulamento Específico para atribuição de financiamento no âmbito da medida VI.1 «Mobilização do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação para as Políticas Públicas» acção VI.1.1.
<i>Acesso a Financiamento para Projectos de Investigação</i> Despacho n.º 19 669/2006 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - II Série - Parte C n.º 186, de 26/09	Publica o Regulamento que define as condições de acesso e de atribuição de financiamento para apoio a projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, financiados e geridos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.
<i>Sistema Eléctrico Nacional</i> Decreto-Lei n.º 195/2006, I Série n.º 191, de 3/10	Determina, no âmbito do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, que a reserva de 800 MW se destina à produção de energia eléctrica a partir de carvão. A Direcção-Geral de Geologia e Energia deverá adoptar as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade da rede para receber a potência agora reservada a partir de 2014.

### 5.3. Em agenda

<b>Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Data prevista</b>
Conferência sobre Globalização e Conhecimento Económico - OCDE	Paris	9 de Outubro de 2006
Conselho ECOFIN	Luxemburgo	10 de Outubro de 2006
Conferência sobre os Serviços e a Inovação	Helsínquia	10 de Outubro de 2006
Conselho Geral OMC	Genebra	10 a 11 de Outubro de 2006
Reunião de Alto Nível do Grupo de Trabalho para a Energia	Helsínquia	12 a 13 de Outubro de 2006
Cimeira UE - Índia	Helsínquia	13 de Outubro de 2006
Reunião Informal do Grupo de Trabalho dos Serviços	Helsínquia	15 a 16 de Outubro de 2006
Cimeira Informal dos Chefes de Estado e de Governo	Lahti	20 de Outubro de 2006
Empresas em Rede e Governança – Estratégia de Lisboa	Helsínquia	23 a 24 de Outubro de 2006
Fórum Global sobre Comércio (OCDE)	México	23 a 24 de Outubro de 2006
Conselho ECOFIN	Bruxelas	7 de Novembro de 2006